



Relatório final da pesquisa quantitativa em nove comunidades quilombolas de Brejo dos Crioulos, Minas Gerais





Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



RELATÓRIO DA PESQUISA QUANTITATIVA EM NOVE COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO NORTE DE MINAS GERAIS

**O Território:
Brejo dos Crioulos**

As Comunidades Quilombolas:

**Furado Seco, Caxambu I, Oriom, Furado Modesto, Serra D'água,
Tanquinho, Caxambu II, Araruba, Ribeirão**

**Os Municípios:
Varzelândia, São João da Ponte, Verdelândia**

**PROJETO BRASIL LOCAL ETNODESENVOLVIMENTO
E ECONOMIA SOLIDÁRIA**

2013



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



Presidência da República

Dilma Vana Rousseff Linhares

Ministério do Trabalho e Emprego

Manoel Dias

Secretário Nacional de Economia Solidária - SENAES

Paul Israel Singer

Secretário Adjunto

Roberto Marinho Alves da Silva

Diretor do Departamento de Estudos e Divulgação - DEAD

Valmor Schiochet

Diretor do Departamento de Fomento à Economia Solidária DEFES

Manoel Vital de Carvalho Filho

Coordenador-Geral de Promoção e Divulgação - CGDIV

Regilane Fernandes da Silva

Coordenador-Geral de Estudos - CGEST**Coordenador-Geral de Fomento à Economia Solidária CGFES**

Ary Moraes Pereira

Coordenador-Geral de Comércio Justo e Crédito - CGCOJ

Antônio Haroldo Pinheiro Mendonça



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



A EQUIPE DO PROJETO ETNODESENVOLVIMENTO E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO PROGRAMA BRASIL LOCAL DA SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

5

EXECUTIVA NACIONAL:

Prof. Sidney Lianza – coordenação geral

Sandra Mayrink Veiga — coordenação executiva, da pesquisa-ação e material de formação

Ronaldo Santos – coordenação executiva e logística

Quener Chaves dos Santos – coordenação executiva

Diogo Alvim – coordenação de PMA

Sandro Rogério do Nascimento – coordenação da gestão

Claudia Aguiar – coordenação de sistematização

ASSESSORIAS

Professor Michel Thiollent – assessor metodológico à pesquisa-ação

CONSULTORES

Marina Sidrim Teixeira – sistematização e redação do censo

Luiz Marcelo Carvano – processamento dos dados

ARTICULADORES/COORDENADORES(AS) TERRITORIAIS

Bahia: Diego de Jesus Silva

Espírito Santo: Kátia Santos Penha

Goiás: Eriene Santos Rosa

Maranhão: Francinete (Fran) Pereira da Cruz

Minas Gerais: Sandra Maria da Silva Andrade

Pará: Aldo Corrêa Lima

Pernambuco: Rozeane Mendes

Rio de Janeiro: Sinei Barreiros Martins

Rio Grande do Sul: José Alex Borges Mendes

São Paulo e Paraná: Oriel Rodrigues



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



AGENTES

Adilson Oliveira Silva; Angélica Souza Pinheiro; Antônio Carlos Andrade Pereira; Cícero Andrade Silva; Claudemir Silveira dos Santos; Clausete Souza do Rosário; Cristiano de Jesus Braga; Danúbia Neres Moraes; Dayane Cordeiro Barbosa; Domingas Natalia dos Santos Rosa; Edson Silva Campos; Franciney Oliveira de Jesus; Francisco Edeltrudes Moreira; Geanis Cosme dos Santos; Giuliana do Nascimento Modesto; Iricleide Costa Coelho; Ivonete Alves da Silva Pupo; Jaime Mota Santos; Joana Angélica da Silva; Karina Cordeiro Barbosa; Lisiane Borges Goulart; Luan Carlos dos Santos Pinto; Luiz Santos Paixão; Maica Tainara Prestes Soares; Nigiane Araújo Alves; Sonia Aparecida Batista de Abreu; Suzivânia Soares da Costa; Tererzinha Aparecida Lopes Paim; Terezinha de Jesus Coelho.

Voluntários no Pará

Juliane Maria Rocha da Silva, Fátima Corrêa da Silva, Risoelcy Mota Pinto, Raicleudson dos Santos Lima, Elen Guimarães dos Santos, Tamara Tereza Coelho dos Santos, Antônio Lages, Marluce Costa Coelho

BOLSISTAS

Camila Correa Felix

Rejane Babo da Silva



ORGANIZAÇÃO

Sandra Mayrink Veiga

EQUIPE DE PESQUISA DE CAMPO DO TERRITÓRIO DE MINAS GERAIS

COORDENADORA TERRITORIAL

Sandra Maria da Silva Andrade

AGENTES

Dayane Cordeiro Barbosa

Karina Cordeiro Barbosa

Sonia Aparecida Batista Abreu

COORDENAÇÃO DA PESQUISA

Sandra Mayrink Veiga

SISTEMATIZAÇÃO DO CENSO

Marina Sidrim Teixeira

PROCESSAMENTO

Luiz Marcelo Carvano

COORDENAÇÃO DE GESTÃO

Sandro Rogério do Nascimento

DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINAL

Sandro Rogério do Nascimento

FOTOGRAFIAS

Sandra Mayrink Veiga

Sandro Rogerio do Nascimento

Ale Maciel

José Carlos Soares



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



1. APRESENTAÇÃO SOBRE O TERRITÓRIO

2. INTRODUÇÃO À PESQUISA

2.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

2.2 O CENSO

2.3 O LEVANTAMENTO DOS DADOS

2.4 PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

3. CONTEÚDO DESTE RELATÓRIO

I. PERFIL DOS MORADORES DOS DOMICÍLIOS

II. ASPECTOS RELATIVOS À MORADIA

III. ASPECTOS RELATIVOS ÀS COMUNIDADES

Situação do processo de titulação

Atividades econômicas desenvolvidas na comunidade

Condições de vida na comunidade

Avaliação das condições de vida em itens selecionados

Aspectos avaliados como problemáticos

Participação em atividades selecionadas existentes na comunidade

Satisfação com a vida na comunidade

Associações quilombolas: local e nacional

IV. ASPECTOS RELATIVOS A EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Habilidades ou profissões identificadas entre os entrevistados e seus familiares

Negócio próprio

V. ASPECTOS RELATIVOS A ALGUNS HÁBITOS DOS ENTREVISTADOS

Religião professada pelo entrevistado

Recursos acionados pelos entrevistados quando adoecem

Produtos consumidos pelos entrevistados

VI. ASPECTOS RELATIVOS À IDENTIDADE, À DISCRIMINAÇÃO E AOS CONFLITOS

Sentimento de pertencimento

Tolerância com a diferença

Relações de vizinhança e conflitos

CONCLUSÃO

ANEXO I Plano Completo de Etnodesenvolvimento de Brejo dos Crioulos



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária





Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



O que somos, o que podemos ser, o que queremos ser?

Assim como a natureza se apresenta como um sistema integrado onde cada partícula depende de outra para garantir sua própria existência, os homens e as mulheres também dependem uns dos outros para sobreviver. No entanto, estes, por terem a inteligência desenvolvida, vão além, transformam a própria natureza, têm capacidade para decidir em que sociedade desejam viver, são produtores de cultura. Podemos dizer junto com Augusto Boal¹ que:

“Num sentido amplo, somos todos produtores culturais, porque o primeiro objeto do nosso cultivo é a própria vida. Cultivamos a vida biológica, afetiva e social, o trabalho e o lazer, a guerra e a paz. Todos produzimos cultura: gente de uma mesma cidade, região, etnia, país ou religião. A vida, para que exista e persevere, exige. É das respostas que damos às exigências da vida que nasce a cultura.

Cultura é o fazer, é o como fazer, o para quê e o para quem se faz. Temos que assumir a nossa condição humana, inventiva, criadora. Não somos castores que constroem sempre os mesmos diques geneticamente programados; não somos pássaros que fabricam sempre o mesmo ninho, cantando a mesma canção - nós somos capazes de inventar canções e arquiteturas!

Inventamos o que necessitamos: preenchemos carências. Inventamos a roda para viajarmos mais longe do que com as pernas; inventamos a ponte para cruzarmos o rio; construímos casa que nos abrigue e roupa que nos proteja do sol e da chuva. Cultura são todas as atividades que satisfazem necessidades, mesmo supérfluas. É o como fazer o quê se faz.

... somos homens, somos mulheres, temos a pele negra, temos a pele branca e temos a pele vermelha, temos olhos azuis e olhos castanhos, mas a nossa esperança é verde!

*... Precisamos descobrir quem somos para podermos descobrir quem poderemos vir a ser. Para que possamos dizer **eu** antes de nos juntarmos numa palavra mais bela: **nós!**”*

¹ Augusto Boal foi teatrólogo, dramaturgo, autor de vários livros e criador do Teatro do Oprimido.





Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



Este caderno é o resultado de uma experiência coletiva construída pela equipe de campo formada por agentes locais quilombolas do Projeto Brasil Local – Etnodesenvolvimento e Economia Solidária da SENAES/MTE através da Fundação COPPETEC da Universidade Federal do Rio de Janeiro e executado pelo Núcleo de Solidariedade Técnica – SOLTEC/UFRJ junto com a Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ que participaram desta iniciativa ao longo de três anos e meio. A todos e todas o nosso agradecimento e apreço.

Esta pesquisa tem como um de seus objetivos publicizar para o poder público o que ele ignora e para a sociedade o que o poder público e a grande mídia omitem.

A Coordenação Executiva





Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



APRESENTAÇÃO SOBRE O TERRITÓRIO

Brejo dos Crioulos, no norte de Minas Gerais, é um território quilombola composto por nove comunidades, a saber: Furado Seco, Caxambu I, Oriom, Furado Modesto, Serra D'água, Tanquinho, Caxambu II, Araruba e Ribeirão que se espalham pelos municípios de São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia.

No território moram 540 famílias em aproximadamente 17.302 hectares. Oito fazendeiros ocupam em torno de 14.000 hectares, ou seja, 77% deste território dos quilombolas.

Segundo estudos realizados por diversos pesquisadores, mas, sobretudo pelo professor João Batista de Almeida da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, que inclusive realizou o laudo antropológico do território, desde meados do Século XVII, negros fugidos da escravidão passaram a se fixar às margens da Lagoa Peroba, que se localiza na vazante do médio ribeirão Arapuim.

No final do Século XIX, a população de Brejo era formada por cerca de 30 troncos familiares que desenvolveram um sistema próprio de organização social, cultural e produtiva. Os mutirões para construção das casas proliferavam, as roças foram sendo plantadas e depois as trocas de produtos entre os moradores eram intensas, os tambores rufavam, as danças faziam os corpos rodopiarem e a vida era dura e difícil, mas havia fartura e a água era abundante.

Brejo estava situado em uma área onde, além de ser distante e sem vias de acesso, havia grande incidência de malária. Os negros não morriam de malária e os brancos sim o que os manteve fora destas terras por um longo período até que a SUCAN conseguiu erradicar o mosquito portador da malária e os grileiros começaram a chegar e em maior número a partir de 1960.

Desde a década de 40, o território dos quilombolas de Brejo dos Crioulos foi sendo grilado por pessoas de má fé, que se apropriaram da terra fazendo os quilombolas assinarem documentos em branco. Segundo relatos eles “se faziam de amigos”, diziam que iam ajudá-los a regularizar a situação da terra. Posteriormente, preenchiam o papel assinado, declarando que os quilombolas haviam vendido as suas terras. Segundo o *Relatório de Missão Quilombola no Brejo dos Crioulos* realizado pela FIAN Brasil e Relatoria Nacional para o Direito Humano à Alimentação Adequada e Terra Rural, Estado de Minas Gerais de 25 e 26 de novembro de 2008:

“A comunidade conta que os cartórios da região foram queimados, para que não fosse descoberta a fraude e o roubo das terras dos quilombolas por parte de fazendeiros. (...) Os anciões relatam que a partir da década de 1950 e 1960, o território que ocupavam passou a ser “embrulhado” por fazendeiros que chegavam à região dizendo que se os quilombolas não



vendessem as terras iriam ficar sem ela e sem dinheiro. Os fazendeiros utilizavam argumentos de que os quilombolas teriam que pagar os impostos e não possuíam dinheiro para pagar”.

Por meio deste artifício, além de outros, como o da constante opressão, violência, ameaças etc. as famílias quilombolas foram perdendo seu território que antes era amplo e produtivo e assegurava-lhes o sustento. Segundo o relato das pessoas mais idosas do território quilombola de Brejo dos Crioulos, os únicos produtos que compravam eram o sal e o café. Hoje, onde havia fartura e abundância de produtos diversificados, há somente gado dos fazendeiros pastando.



E a bola rola no acampamento...

Um pouco mais de história nos relatos colhidos pelas agentes do projeto em Brejo dos Crioulos

Sonia Aparecida Batista de Abreu
Dayane Cordeiro Barbosa

Comunidade Quilombola Serra D'água

Os primeiros moradores de Serra D'água vieram fugindo da fome, da miséria, alguns vieram do Gorutuba e se acamparam na beira do Ribeirão.

Segundo o Sr. Dionísio Francisco seus pais foram obrigados a vender seu único pedaço de terra para o fazendeiro. Diz ele que os fazendeiros tomavam suas terras sem dó nem piedade então o único jeito era sair à procura de terra sem dono.

Foi quando, com a ajuda do Sr. Clemente Batista, que deu serviço para seu pai, eles conseguiram comprar um pedacinho de terra em Serra D'água.

Serra D'água fica às margens do córrego São Vicente. Ele se formou com a chegada dos moradores que foram expulsos de suas terras.

Alguns moradores compraram, outros conseguiram dos seus parentescos antigos: ***“já passamos fome, os alimentos era muito difícil, nosso arroz era canjiquinha de milho, não tinha feijão, era fava, andava descalços, não tinha roupa. Já sofremos muito. Hoje está bem mais fácil”*** relata o Sr. João Fernandes.

Os moradores de Serra D'Água possuem cisternas de captação de água de chuva, instaladas no programa ***“Um milhão de cisternas”*** da ASA (Articulação do Semi Árido) em conjunto com a Caritas. Esta água é usada para cozinhar e beber.

Serra D'água não possui escola, igreja ou poço, apenas uma cacimba às margens do São Vicente.

“Hoje dou graças á Deus primeiramente, e depois às leis que surgiram a nosso favor, porque só Deus sabe o que já passamos, hoje só tenho a agradecer”. Diz a Sra. Ana Maria.



Comunidade Quilombola Furado Modesto

O nome Furado Modesto foi dado por causa do seu primeiro morador Mané Modesto, pai de Zé Modesto e tataravô do Sr. Adelino, de Cabaceiros. De acordo com o Sr. Adelino antes da divisão dos currais do gado de Mané Modesto estes eram construídos perto dos furados existentes na região. Como em Furado Modesto só havia água no período das águas, seus parentes não queriam morar lá, por isto Mané Modesto fazia seus roçados na beira do rio. Quando chegou a divisão, Mané Modesto já havia se movido e a região foi considerada terra de ausente.

Afastando-se do vale do Arapuim, este núcleo localiza-se predominantemente em região de *“carrasco”*. Como não passou pela divisão, na década de 1960 a localidade foi ocupada pelas famílias que foram expulsas do vale médio do Arapuim. As primeiras terras ocupadas ao redor do Furado Modesto e do Furado das Éguas tiveram que ser desocupadas frente à pressão dos fazendeiros que aí também chegaram. Dentre as pressões, uma contou com a aliança direta entre fazendeiros e Estado. Ao descobrir focos de barbeiros nas moradias feitas de estuque e localizadas no sebo, a SUCAM afirmou ser necessária sua retirada dali. O fazendeiro Raul Paulista, que se apropriava destas terras consideradas “devolutas” doou então, uma porção de terra para a SUCAM construir as novas casas de alvenaria.

Os antigos sítios tornaram-se terrenos com casas e o lugar de plantio resumiu-se ao quintal: esta área é chamada de “Vila do Raul”, próxima ao Furado Modesto. Este fato constitui a terceira expropriação vivenciada pela comunidade. Alguns moradores resistiram e não saíram das terras. Na fazenda do Raul, além de um cemitério antigo, vivem dois antigos moradores e na fazenda de Aquiles Diniz, também vivem dois.

Furado Modesto possui um poço artesiano munido de bomba, aberto pela prefeitura de Varzelândia. No sebo (Verdelândia) funciona uma escola municipal e um lugar onde se reza a missa. Possui também um poço cuja bomba é movida à energia solar e enche a caixa d’água, ambos construídos pela prefeitura de Verdelândia. Este núcleo está cercado pelas fazendas de Raul Paulista, Aquiles Diniz, Albino e Dr. Dílson.

“Quando chegamos aqui tinha índios, os Tapuí. Eles ficaram com medo e foram embora” diz Sr. Canuto F. Souza.



Em Caxambu moram 40 famílias. A comunidade teve sua origem com a vinda de cinco irmãos ao local. Hoje, as famílias vivem confinadas em pouco mais de 20 hectares de terra.

Paula Cardoso de Oliveira, 46 anos, relatou que:

“Em nossa comunidade nós vivia do sustento da roça. Nós colhia era pra nosso sustento. Nós plantava feijão, fava, milho, do milho nós fazia a farinha, angu e da canjiquinha do milho fazia o arroz, nos tomava café de rapadura. A gordura que nós conhecia era o toucinho de porco. A água pra nós beber pegava nos rios e lagoa e quando secava nos abria um buraco no meio do rio e esse buraco chama-se cisterna. Desse sistema que nos pegava água pra nós beber e cozinhar.

Faz pouco tempo as coisas pra nós começaram a melhorar em nossa comunidade agora já temos poço artesiano, mas não temos água tratada. Hoje também temos a luz e também cada pai de família tem a bolsa família e nós recebemos a cesta básica.

Em nosso território temos escola pra meus filhos estudar, tem do 1º até o ensino médio. Nós como quilombolas estamos precisando ter nosso território de volta pra nós poder trabalhar e produzir os frutos e o pão de cada dia pra o nosso sustento e de nossos filhos”.

Já o Sr. Mauricio Barbosa Lima nos contou que:

“Há muito tempo atrás teve uma crise de fome. Essa crise ficou conhecida como “fomão”. Nós não tinha nada pra comer. Teve fé em Deus que eu e minha família não morreu, mas duas pessoas conhecidas morreram porque não tinha o que comer. Foi um sofrimento. Foi nesse ano de 1937 e 1938 que teve essa crise de fome.

Logo depois nós começamos a plantar as roças de milho, fava... tinha ano que nós plantava, as lagartas comia tudo e não dava nada. O jeito era sair e procurar serviço. Dava muito trabalho



para encontrar e quando encontrava algum serviço era pra ganhar uma mixaria. Tinha que trabalhar pra ganhar lata de óleo, era muito sofrimento.

O transporte que nós conhecia era o cavalo. Hoje o mundo esta muito diferente, os jovens têm escola pra eles estudar, tem até transporte escolar. Antes não existia nada disso, era só sofrimento. Ainda bem que hoje em nossa comunidade já esta melhor porque algumas pessoas têm ajuda do governo e isso ai espero que melhore mais”.

Comunidade Quilombola Ribeirão do Arapuim

A comunidade Ribeirão do Arapuim é dividida entre os municípios de Varzelândia e São João da Ponte. Não possui escola, posto médico nem igreja. Nela vivem cerca de 160 pessoas. É cercada pelas fazendas de Raul Paulista, Dema Fiqueredo, João Gonçalves e Moacir Rodrigues.

Segundo moradores da região seus primeiros habitantes vieram do Gorutuba, provavelmente fugindo da fome ou até mesmo da escravidão. Contam que quando aqui chegaram encontraram grandes matas fechadas e terras boas para o cultivo de alimentos, então povoaram essa região estabelecendo-se à beira e ao longo do Ribeirão.

Maria Cardoso da Silva, de 84 anos, conta que a família dos Santos foi quem chegou primeiro aqui, veio por meio da mata vindo do Gorutuba e tomaram posse das terras e foi crescendo e povoando a região. Mais tarde chegaram outras pessoas de outras regiões e tomaram posse das terras. Muitos de seus habitantes são descendentes da mesma família e outros vieram de outras localidades.

Comunidade Quilombola de Oriom

Cabaceiros e Conrados hoje são conhecidos como Oriom.

O nome Oriom deriva da grande quantidade de areia existente nas vazantes. O quilombo de Oriom esta situado no município de Varzelândia, nele vivem cerca de 450 habitantes. É cercado pelas fazendas de Raul Paulista, Miguel Filho, Neves Elvi Fiqueredo e os filhos de Clemente Batista.

Segundo moradores da região os primeiros que aqui chegaram foram da família de Jose Modesto, que veio do Gorutuba; também fugindo dos



maus tratos e da fome. Quando aqui chegaram encontraram grandes matas e muita areia nas vazantes. Jose Modesto cresceu família que espalhou por essas terras. Um de seus netos Henrique Pereira da Silva, filho de Manoel Modesto foi o primeiro morador de Oriom. Seus descendentes permanecem até os dias atuais (fala de Adelino Pereira de Aquino, morador de Oriom). Mais tarde vieram pessoas de outras regiões também.

Atualmente Oriom possui uma Igreja Católica, uma igreja evangélica e escola do 5º ao 8º ano. Seus moradores vivem do que colhem em seus pequenos quintais.

Comunidade Quilombola de Araruba

Araruba fica no município de São João da Ponte, próximo à lagoa Peroba.

Conforme relatam os moradores mais velhos desta região, Araruba foi palco de um dos diversos conflitos de terras na década de 1960. Segundo o relato de dona Belina, antes de se formar a comunidade, os seus ancestrais: avó, avô, mãe, vieram do Gorutuba. Muitos negros vieram para essa região porque lá passavam fome e foram despejados de seus pedaços de terras por fazendeiros. Vieram à procura de terra boa para plantar, criar e se auto sustentar. Aqui encontraram terra boa, ocuparam essa área e viviam dignamente até que chegou um grande latifundiário Zé Afonso que tinha o apoio do prefeito-coronel que também era grande latifundiário, Olimpio Campos era a lei na época. Era o prefeito quem mandava em qualquer autoridade na época. Os negros não tinham ninguém que os defendesse. Os negros foram imprensados e forçados a sair de suas terras, saíam ou morriam. O fazendeiro mandava matar os negros que não queriam deixar suas terras.

Desde então, segundo moradores mais velhos, os irmãos Leopoldo e Manoel Fernandes são considerados fundadores da comunidade de Araruba, pois o núcleo surgiu da doação que fizeram para Santos Reis em 1930. Araruba abrigou muitos moradores que perderam suas terras para os fazendeiros (grileiros) e nessa época era conhecida mais por Igrejinha ou Terra de Santos Reis. Foi a partir daí que se formou a comunidade de Araruba.



Vista do povoado de Araruba

Muito calor!

Araruba hoje é o terceiro maior núcleo de Brejo dos Crioulos em numero de moradores. 14,7% da população total consideram-se do núcleo central, pois nele se realizam as principais festas: Bom Jesus, em agosto e Santos Reis em janeiro. Na comunidade está a escola municipal que atende até a 4ª serie do ensino fundamental, existe energia elétrica, mas não tem água tratada, funciona apenas um telefone fixo que vive quebrado. Seus moradores vivem de pequenas plantações de mandioca, milho, feijão e das criações de porcos e galinhas.

Araruba possui também uma igreja evangélica.

Araruba hoje está rodeada pelo atual fazendeiro Miguel Filho, filho de Miguel Véio Filho, e pelo fazendeiro João Gonçalo.



Casa em Araruba com cisterna do programa da ASA

Entrevistados da comunidade de Araruba:

Elizeu Cardoso de Oliveira 85 anos, Belina Fernandes de Souza 79 anos, Manoel Fernandes de Souza 76 anos, Selvina Pinheiro de Abreu 76 anos e Francisco Cordeiro Barbosa 47 anos.

Fazendeiros citados como grileiros :

Nozinho Figueiredo, Arthur Fagundes, Ze Afonso, Simão Campos, Olímpio Campos e João Gonçalves.

Roda da Conversa

Monoel Fernandes de Souza 79 anos

De onde veio?

Manoel - Nasci na comunidade de Araruba, onde permaneço até hoje.

Quando meus pais chegaram aqui nos Crioulos era tudo matas, mas já existiam moradores, eram negros fugidos das fazendas. Com o passar dos tempos foram chegando outros e construíram casas aqui. Os primeiros habitantes, a não ser os escravos, vieram da Gurutuba fugindo da fome e miséria.



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



Como era a vida antigamente?

Manoel - Era muito difícil, mas em algumas partes era boa.

Antigamente tinha muita fartura, criava porco, galinha, era tudo natural. O ruim é que não tinha conforto, a água era longe, tinha que pegar água na cabeça com cabaças ou em potes de barro. Quando ficávamos doentes então, tinha que ir longe a procura de um curador, pois não existia médico, a gente se tratava com remédios caseiros. Não tinha casa, minha família morou muito tempo em uma casa de enchimento coberta de capim. Escola ninguém nem conhecia. Não tinha roupas, tecíamos algodão e fazíamos algumas peças que tinham que ser lavadas todos os dias.

Não tinha dinheiro, quando precisava de alguma coisa trocava com o vizinho, tudo era longe e difícil.

Como é a vida hoje?

Manoel - Hoje tudo melhorou, tem médico, remédios até de graça, escola para as crianças estudar, as casa hoje são bem melhor que as de antes, tem energia elétrica, antigamente luz era de lamparina, a gente se embrulhava com couro, hoje tem coberta, roupa e tudo que precisa a gente compra perto de casa.

Maria das Graças Batista

Maria - A minha família veio da Gurutuba, já eu nasci e criei aqui em Brejo. Primeiro eu morava na comunidade de Caxambu ai os fazendeiros tomaram nossas terras, colocaram fogo nas nossas casas, ai mudamos para a Araruba, onde vivo até hoje.

A vida antigamente era difícil, desde pequena trabalhei na roça com meu pai, minha mãe trabalhava o dia inteiro em troca de um prato de comida que era dividido com os 8 filhos. A gente passava por muitas dificuldades, passava fome, frio, tinha vez que não tinha nada para comer. Eu lavava o socador de tempero e bebia a água de sal pra matar a dor no estomago, embrulhava com pedaços de roupas velhas, pois não tinha coberta.



Hoje tá muito bom, a gente tem muita ajuda, tudo melhorou, eu queria ser nova para viver a vida que nós leva hoje, tudo hoje é mais fácil. Temos mais oportunidades do que antes.

Erminio José Francisco 66 anos comenta

Erminio - Antigamente o povo andava igual mendigo passando fome. Hoje, não, a gente trabalha, planta uma roça, quando preciso de alguma coisa encontro mais perto de casa para comprá. Antes andava mais de 30 km pra comprá as coisas de comer.

Maria Cardoso 87 anos (parteira da comunidade)

Maria - Antigamente a gente andava umas quatro horas a pé pra achá água pra bebe, depois voltava com uma cabaça cheia de água na cabeça, era quase o dia todo andando.

As mulheres quando era pra ganhar criança vinha de longe me chamá pra fazer o parto, ai eu ia e fazia o parto, já perdi a conta de quantos partos eu já fiz. Hoje não, a mulher ta nos dias de ganhá menino vai para o hospital, hoje não existe isso mais.

Hoje não é mais tão difícil, levamos uma vida simples, porem bem melhor que antigamente. Nossa comunidade avançou muito, já não tem fome nem miséria, nossos filhos plantam pequenas roças, cria alguns animais nos quintais.

Ione Cordeiro Barbosa 17 anos

Marcileia Cordeiro Santa Rosa

Hoje a gente frequenta a escola e algumas já possui até internet. Nossa comunidade já possui telefone publico e igreja. Hoje os quilombolas moram em casa, coisa que antigamente não tinha, moravam em casa de barro e capim. Nossa comunidade tem muito que desenvolver, mas estamos no caminho certo e, com fé em Deus, iremos chegar a tempos melhores.





Griô na porta de casa em Araruba



Casa no acampamento

Narrativa da Coordenadora Territorial do Projeto

Sou Sandra Maria da Silva Andrade, quilombola, representante do Estado de Minas Gerais na CONAQ, atual presidente da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais e coordenadora territorial em Minas no projeto Brasil Local, Etnodesenvolvimento e Economia Solidária. Fiquei viúva recentemente.

Sou da comunidade de Carrapato. Os moradores de Carrapato vieram de Bonsucesso, localidade de minha avó. Lá tinha plantação de banana, arroz e café. Minha avó trabalhava na fazenda e era escrava. A terra do senhor foi herdada e doada para a minha bisavó.

Quando eu era pequena tinha de tudo, o forno que assava os biscoitos, a casa que era de taipa Mas a prefeitura fez uma rua que dividiu o território de Carrapato. Eu e minha família ficamos do lado esquerdo da rua. O lado direito foi ocupado pela empresa de eucalipto que usou a nossa lavoura para plantar os eucaliptos.

Nós vivemos ali até 1966. Eu me lembro da minha tia Nenê dizendo que a terra não deveria nunca ser vendida, pois a terra era a continuidade da família.

Meu avô era ferroviário, desta forma, era designado para diferentes municípios. Daí eu ter nascido em Juiz de Fora.



Os fazendeiros da época eram muito violentos. Quem não assinasse o papel dado pelos fazendeiros sumia e a polícia não procurava, levavam a família para trabalhar e não voltava.

Em 1970, os fazendeiros criaram uma comissão e deram entrada na justiça e começaram a ameaçar as famílias “ou a senhora vende ou vai acontecer o que aconteceu aos outros.” Aquelas pessoas que resistiram foram eliminadas. Os poucos jovens que restavam não entendiam o que estava acontecendo. Minha família acabou cedendo à pressão e vendeu as terras para o fazendeiro que passou a cultivar café.

Quando o avô aposentou, nós não sabíamos para onde ir, pois voltar não se podia mais porque a terra estava vendida. A família acabou indo para Tabatinga no município de Bom Despacho, terra do meu outro avô que era militar e ex escravo. Desta forma foi uma nova adaptação, mas tinha a casa de taipa, a mata de onde era retirada a lenha, mina de água, tinha o rio São Francisco onde se tomava banho e a gente brincava e lá já existia os Negros da Costa que eram chamados assim porque vieram da costa da Bahia. A vida estava ótima. Tínhamos criação de porcos para a nossa subsistência, comprávamos mesmo só roupa e sapato. Até pé de café tinha.

De repente começou a especulação imobiliária. O negro não mandava no que era seu. A cidade é racista. No comércio, no supermercado não existe negro, só branco. O negro só existe na roça ou em casa de família. Hoje esta melhor devido ao movimento. Imagine que as meninas antes de entrar na casa da patroa tinham que tomar banho com álcool. Isso ainda acontecia em 1980.

Para as pessoas que residem nos municípios os moradores das comunidades quilombolas são marginais e em Carrapato isso acontece também por causa do nosso dialeto: como a gente não possuía o respaldo da língua e a gente queria falar alguma coisa entre nós, o dialeto foi retomado por causa dos capatazes e nós fomos marginalizados devido a esse dialeto, hoje esse dialeto é tombado, é patrimônio cultural.

Eu entrei na luta por causa de minha mãe. Onde eu morava não havia luz nem calçamento, não tinha escola. A minha mãe é que começou tudo, inclusive criou a



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



Associação de moradores. Todo mundo ia para a casa dela. Eram todos muito unidos.

Em outro momento em Carrapato perdemos tudo outra vez, só que agora para a especulação imobiliária. A mata foi perdida, pois foram construídos dois conjuntos habitacionais. No período da construção os quilombolas acharam que a construção era para beneficiá-los, davam água para os pedreiros e não era. Isso gerou uma grande decepção. Ainda assim minha mãe através da organização da Associação conseguiu a escola, a creche, a quadra, mas aí veio a especulação imobiliária e perdemos o território onde plantávamos, não podíamos mais plantar e nem criar porcos.

Hoje o território se encontra dividido: de um lado o fazendeiro e do outro os conjuntos. Em 2004, foi construído outro conjunto habitacional pela prefeitura e nós ainda não tínhamos conhecimento dos nossos direitos. O prefeito da cidade era fazendeiro. Hoje, só temos a casa e um terreno, tivemos que nos adaptar ao fogão a gás, perdemos parte do terreno do plantio e a família sendo grande não existe condição de manter um fogão a gás.

Foi em 2004 que eu fiquei sabendo dos nossos direitos e passei a participar do movimento. A Fundação Palmares organizou o I Encontro Estadual de Comunidades Quilombolas de Minas, foi neste encontro que tomei conhecimento de que existiam mais comunidades quilombolas nesta situação. Daí criamos uma Comissão Estadual cujo objetivo central é a luta pelo direito ao território. Daí foi fundada a Federação Quilombola de Minas Gerais e de lá para cá tem havido muitas conquistas.

O território atualmente se encontra cercado pelo fazendeiro, e hoje ele quer vender a terra para os quilombolas sendo que é uma terra que já era nossa, que sempre foi nossa. Eu fui ao Incra, mas lá é tudo muito moroso. O prefeito que não olhava mais para a gente agora é diferente. Existe hoje um projeto com o governo estadual de manutenção da cultura.

Na minha comunidade existem duas festas Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Na festa de São Benedito (um Congado) são cinco dias, trata-se de uma festa de Reinado e somente hoje é que está sendo aceita pela igreja católica.



Temos agora muitos conflitos religiosos entre o Centro Espírita – Umbanda, a Igreja Católica e a Evangélica. O conflito mais acentuado é com a igreja católica. Sou da Umbanda e existe um conflito muito intensificado também com a religião evangélica que não aceita a nossa cultura, eles não nos respeitam. Vão para o rádio e falam mal da Umbanda, falam que entrar na luta pela terra é coisa do demônio e isso dispersa algumas pessoas. Eu fui falar com o Pastor da igreja evangélica e disse: “O senhor acha então que não temos que entrar na luta pela terra e então devemos perder tudo? A luta nossa pela terra é do demônio? E a do branco, não? É o quê? Só ganância?”.

Atualmente estamos cercados pelo crescimento da cidade. Eles querem que tudo isso vire cidade, na verdade uma grande favela, né? Estamos nessa luta. Conseguimos conscientizar o prefeito, apresentamos para ele o que o Estado tem feito através do projeto de manutenção da cultura do Governo Federal. Temos um projeto de inclusão digital, um de geração de renda e um projeto de arte em camisetas que são feitas lá na associação.

Na escola da comunidade não temos professor quilombola, apesar da lei 10.639. No município ao ver a resistência para a inclusão dessa lei eu conversei com o Secretário Estadual e ele propôs que se fizesse uma cartilha para os professores. Uma equipe já elaborou e eles vão implantar o estudo da história da África no currículo.

AS LUTAS DE RESISTENCIA DAS COMUNIDADES DE BREJO DOS CRIoulos

Há mais de doze anos que o movimento quilombola em Brejo dos Crioulos vem usando utilizando a tática de ocupação/retomada das terras para chamar a atenção das autoridades e exigir seus direitos.

A primeira retomada ocorreu em abril de 2004 quando quatrocentas famílias quilombolas ocuparam a fazenda São Miguel, de “propriedade” de Miguel Véio Filho. A partir daí foram feitas mais doze ocupações nos latifúndios de Miguel Véio Filho, Névio, Dílson Godino, Raul Ardito, Albino Ramos, Zé Maria, Diniz e Moacir Rodrigues.

O movimento quilombola de Brejo dos Crioulos portanto já retomou suas terras 14 vezes e foi despejado 13 vezes. Em todas as vezes houve violência e violação do direito à terra como podemos ver nos informes



que constam do *Relatório de Missão Quilombola no Brejo dos Crioulos* realizado pela FIAN Brasil e Relatoria Nacional para o Direito Humano à Alimentação Adequada e Terra Rural Estado de Minas Gerais de 25 e 26 de novembro de 2008.

“Os quilombolas informaram também que foram ameaçados após a visita preparatória da missão feita pelas organizações denunciante no mês de setembro. Na madrugada do dia 02 de novembro, milícias armadas do fazendeiro dispararam tiros e quebraram portas dos barracos. A comunidade juntou mais de 60 cápsulas de balas, que foram entregues à Polícia Federal”. (Relatório da Missão)

Apesar de não confiar na polícia militar,

“naquela noite, o pavor foi tão grande que decidiram telefonar para a polícia, que não apareceu no local e nem deu satisfações. (...) Afirmaram também que se o fazendeiro chamar a PM ela estará de prontidão com viaturas e até helicópteros”. (...) “Além disso, relataram que precisam elaborar estratégias para a chegada e saída do acampamento, pois os fazendeiros têm jagunços armados vigiando a comunidade”. (idem)

A audiência pública desta Missão ocorreu em 26 de novembro de 2008 e foi realizada na Câmara de Vereadores de Montes Claros. Contou com ampla participação dos representantes do território quilombola de Brejo dos Crioulos, organizações da sociedade civil, INCRA bem como do Ministério Público Federal.

A audiência é um dos momentos altos do Projeto Plataforma Dhesca Brasil e é

“um espaço amplamente utilizado para denúncias e reivindicações do cumprimento dos direitos humanos. Infelizmente, autoridades diretamente envolvidas com a solução das situações, a exemplo da Ouvidoria Agrária Nacional, Instituto de Terras, entre outros órgãos lotados nas comarcas atingidas pelos problemas não compareceram. Na ocasião, além da falta de acesso ao território quilombola e da falta de políticas públicas adequadas no quilombo visitado, foram reiteradas as denúncias de intimidação e ameaças por parte da Polícia Militar, a qual, segundo relatos, atua em prol dos fazendeiros do estado. Durante a audiência, por alguns momentos, estiveram presentes alguns policiais



militares que entravam e saiam tirando fotografias, mesmo não havendo sido convocados. Esta atitude demonstra uma clara tentativa de intimidação das comunidades quilombolas”. (ibdem)

Apesar de toda a intimidação, com o passar do tempo os quilombolas foram se organizando, fundaram a Associação de Brejo dos Crioulos e mais tarde a Federação das Comunidades do Estado de Minas Gerais. Com o apoio do Movimento dos Sem Terra e outras entidades e organizações continuaram na luta pelas suas terras.



Os quilombolas chegando no acampamento para seminário de elaboração do Plano Territorial 2013



História da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais – N’Golo segundo o sitio www.cpsp.org.br e www.cedefes.org.br

“A Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais – N’Golo foi criada no ano de 2005. A ideia de criar uma organização estadual das comunidades quilombolas adveio dos próprios quilombolas que entenderam ser fundamental sua articulação. O movimento que culminou com a criação da Federação teve início em 2003, quando vários eventos sobre os direitos quilombolas proporcionaram a mobilização das comunidades.

As primeiras mobilizações para a sua criação ocorreram em 2004, durante o 1º Encontro de Comunidades Negras e Quilombolas. Esse evento permitiu um primeiro contato entre lideranças das comunidades quilombolas e delas com autoridades governamentais das esferas federal, estadual e municipal e organizações não governamentais.

Em 2004, foi realizado o “1º Encontro das Comunidades Negras e Quilombolas de Minas Gerais”, organizado pela Fundação Cultural Palmares e pelo Instituto de Defesa da Cultura Negra e Afro-descendentes – “Fala Negra” em Belo Horizonte, com um apoio muito grande do CEDEFES, do CONSEA, da prefeitura de Belo Horizonte e do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE. Nesse encontro, os participantes discutiram seu direito ao território cultural bem como as políticas públicas direcionadas aos remanescentes de quilombo no país. Representantes das setenta e duas comunidades presentes no encontro criaram uma Comissão Provisória

Quilombola, com eleição de representantes por região do estado, com a finalidade de representá-los na luta por seus direitos.

A comissão eleita realizou três reuniões ao longo do ano de 2004, para então, em junho de 2005, finalmente, através de uma assembléia com a participação de 170 quilombolas, representando 76 comunidades, poder consolidar sua organização política e fundar a Federação Estadual das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais. Na ocasião, diversos representantes de comunidades expuseram a situação em que vivem: a grilagem das terras, a parcimônia de políticas públicas, as ameaças constantes, a falta de geração de renda nas localidades, entre outros problemas. Os grupos discutiram um planejamento de ações e houve a eleição, por aclamação, da primeira diretoria.

A direção da Federação é composta por uma diretoria e um conselho fiscal com mandato de três anos. A diretoria da Federação é formada por seis diferentes cargos: Diretor Presidente; Diretor de Administração e Finanças; Diretor de Educação Política, Formação e Comunicação; Diretor de Promoção da Igualdade Racial e Direitos Humanos; Diretor de Etnodesenvolvimento Sustentável; e Coordenadora da Comissão Estadual de Mulheres. E o Conselho Fiscal é formado por seis pessoas, sendo três titulares e três suplentes.

O que significa N’Golo

O nome N’Golo possui origem africana. Como uma dança ritual dos mucopes em Angola, região sul da África, N’Golo também é popularmente conhecido como “dança da zebra”. Com base nos movimentos realizados por esse animal quando os machos, em um combate violento, disputam entre si sua fêmea, N’Golo se constituiu como uma dança ritual dos jovens homens mucopes para conquistar suas esposas.

Em função do tráfico negreiro para o Brasil, muitos foram os conhecedores dessa dança ritual que vieram para cá. A necessidade de resistir à escravidão, no entanto, fez com que percebessem que os seus movimentos, marcadamente de pernas, poderiam ser utilizados como luta e combate pessoal. Assim, o N’Golo ficou conhecido no Brasil como a dança ritual que deu origem à capoeira, tendo sido difundido como símbolo de resistência e luta dos afro-descendentes.

O nome N’golo foi sugerido pelo padre antropólogo D’Jalma Antônio da Silva.



As conquistas e os Desafios

Dando continuidade às atividades de mobilização e integração do movimento, a Federação, com o apoio do CEDEFES e de outras entidades, realizou, no final de março de 2007, em São João da Ponte, município situado no Norte do Estado onde fica um pedaço do território do Brejo dos Crioulos, o II Encontro das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais. Durante o encontro, houve o entendimento, entre os quilombolas de que a regularização de seus territórios é essencial para que a sua cidadania e diversidade étnicas sejam preservadas. Assim, a principal reivindicação surgida no encontro foi a titulação das terras quilombolas, pois constatou-se que das 450 comunidades existentes no Estado, apenas uma obteve o título de sua terra, e essa, lamentavelmente, se encontra submersa.

Em novembro de 2009, a Federação N'golo realizou o III Encontro das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais em Contagem, Minas Gerais. Além da Federação, o Encontro contou com o apoio e organização do CEDEFES, do Escritório de Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais, do Instituto de Terras de Minas Gerais e do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

O III Encontro das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais foi fruto da articulação dos movimentos sociais e quilombolas que acontece em Minas Gerais desde o início dos anos 2000. Esta articulação de entidades governamentais e não governamentais ajudou na formação e fundação da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais – N'golo.

O III Encontro surgiu da demanda da Federação e da articulação do CEDEFES com as entidades parceiras e financeiras para que o evento tivesse condições de acontecer. As comunidades quilombolas vivem um período conturbado, onde o Estado está acuando e cerceando cada vez mais os direitos já adquiridos nos últimos anos. Ao mesmo tempo, neste momento, as comunidades estão saindo da invisibilidade social e política. A metodologia foi gestada juntamente com a diretoria da Federação Quilombola N'golo e outras lideranças que objetivava um evento que propiciasse o fortalecimento e a organização da entidade (N'golo). Estiveram presentes 230 representantes quilombolas de 76 comunidades de várias regiões do Estado de Minas Gerais.

A Federação ainda não possui uma sede própria e seus recursos ainda são insuficientes para realizar as atividades desejadas. No entanto, a



trajetória dessa organização apenas deu seus primeiros passos. A expectativa é que, através da articulação e da organização dos próprios quilombolas, sua luta adquira maior visibilidade e força política”.

Até quando?

No final de setembro de 2011, duzentas famílias de Brejo dos Crioulos acamparam durante uma semana em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília, exigindo a desapropriação do seu território quilombola. No dia 29 o decreto de desapropriação foi assinado pela presidente Dilma Rousseff

Entretanto, como o processo de desapropriação não estava andando, os quilombolas voltaram a Brasília e o Incra lhes garantiu que até dezembro de 2012 seriam desapropriadas seis fazendas, ficando as demais para 2013.

Em 2012 ainda o dinheiro para a desintrusão chegou a Superintendencia do INCRA de Minas Gerais para que se efetivasse a retirada e a indenização dos “proprietários” com a imediata titulação do território e sua entrega aos quilombolas.

Às vésperas do Natal, como o Incra não havia encaminhado nada de concreto, 350 famílias ocuparam três fazendas de Miguel Véo que abrangem aproximadamente 2.100 hectares para pressionar o Incra. Houve confronto com os pistoleiros.

Porém, realmente nada foi feito pelo Incra e o dinheiro voltou para Brasília. Os latifundiários aumentaram a exploração do território com maior número de animais e desmatamento ilegal e a violência recrudesciu.

O Projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária esteve entre os dias 28/02 e 3/03/2013 em Brejo dos Crioulos para fazer a devolutiva da pesquisa, debater com as comunidades e realizar o seminário da construção do Plano Territorial de Etnodesenvolvimento, Economia Solidária e Políticas Públicas de Brejo dos Crioulos.

No dia 04 de março o juiz federal da 2ª Vara de Montes Claros concedeu mandado de despejo contra a comunidade a favor da fazenda São Miguel de Miguel Véo Filho apesar do decreto assinado pela presidenta Dilma Rousseff em 29 de setembro de 2011. Esta fazenda também é uma das que o INCRA ficou de realizar a desintrusão em 2012 e entregar aos quilombolas conforme o decreto da presidente da República. Mas o fazendeiro resgatou uma ação de 2009, antes da assinatura do decreto, e o juiz emitiu o despejo. O advogado dos quilombolas depois da decisão do juiz entrou com o recurso e a resposta foi a negativa do juiz.

“O monitoramento do cumprimento das recomendações da FIAN e da Relatoria pelo Estado, nas suas três esferas de poder – municipal, estadual e federal, será realizado na perspectiva de fortalecer o diálogo entre a sociedade civil e o Estado, mas, principalmente, de provocar uma atuação concreta e eficaz por parte deste último, com vistas a influir diretamente na cessação das violências aqui denunciadas, bem como na efetivação dos direitos humanos das populações vitimadas. Por outro lado, buscará também cumprir a tarefa de contribuir para a consolidação da experiência de monitoramento que a sociedade civil brasileira vem experimentando, no que se refere ao acompanhamento do cumprimento do PIDHESC pelo Estado Brasileiro.

Este monitoramento ficará a cargo da FIAN Brasil e da Relatoria em parceria com as organizações locais que deram apoio na realização da missão. Este monitoramento terá início logo após a entrega do relatório aos organismos de responsabilidades. Caso não se obtenha avanços na realização das recomendações no período de seis meses serão adotadas medidas em nível internacional bem como medidas que responsabilizem o Estado pelo não cumprimento dos seus deveres.

Segundo o Relatório de 2008, “Caso, no período de seis meses não se obtenha avanços na realização das recomendações no período de seis meses serão adotadas medidas em âmbito internacional bem como medidas que responsabilizem o Estado pelo não cumprimento dos seus deveres”.

As Violações

A Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) aprovada pelo Decreto Legislativo 143 de junho de 2002 rege que os povos indígenas e outras comunidades tradicionais possuem direitos especiais sobre seus territórios e determina que o Estado Parte deverá reconhecer, aos povos interessados, o direito de propriedade e posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

Também, aos casos apropriados, deveram ser adotadas medidas que garantam o direito dos povos interessados em utilizar as terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas as quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades de subsistência.

Da mesma forma, a Constituição Federal no art. 68 das Disposições Transitórias define que “Aos renascentes das comunidades dos quilombos

que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo-lhe o Estado emitir-lhes os títulos definitivos”.

Da mesma forma, considerando o Art. 2º do Decreto Presidencial nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, *“Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.*

§ 1º. Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade”.

Podemos afirmar que a realização do Direito ao Acesso ao Território das comunidades tradicionais apresenta uma série de normas e critérios de uso comum da terra, da água, das florestas, da extração e plantio, desenvolvidos no contexto sócio-cultural tendo como base a solidariedade e partilha existente em cada grupo.

Contudo o Direito de Acesso ao Território da comunidade quilombola das 503 famílias de Brejo dos Crioulos está sendo gravemente violado devido a omissão do Governo no que se refere a obrigação de garantir a regularização na titulação das terras. Esta morosidade permite que terceiros, ou seja, os fazendeiros, em prol da propriedade privada, violem os direitos humanos, não garantindo o acesso aos meios de produção de sua subsistência. Há de se reiterar que o acesso à terra e aos meios de produção são pressupostos para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

A falta de acesso ao território é apontada pelos quilombolas como a principal causa de insegurança alimentar e nutricional das famílias, na medida em que tem provocado um intenso processo de desestruturação dos seus modos de vida tradicional e do sistema de produção, que garantia alimentação diversificada às famílias.

Outro fator que demonstra a violação do Direito ao Acesso ao Território é o não cumprimento por parte do Estado da obrigação de garantir o processo de titularização dos territórios. Os processos de titulação dos territórios encontram-se estagnados, sendo que a morosidade do Estado em efetuar a titulação das terras Quilombolas tem acirrado os conflitos nessa região com os fazendeiros. Da mesma forma, a Normativa 49 do INCRA, a qual adota uma definição restritiva do conceito de terras ocupadas por comunidades quilombolas, que contrariam

disposto na convenção 169 da OIT e não cumpre com o disposto no Decreto 4887 de 2003 também demonstra a omissão do Governo.

Violação do direito humano ao Acesso à Justiça e ao Tratamento Igualitário perante a Justiça

O artigo 7º da Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que todos os seres humanos são iguais e têm direitos iguais perante a lei.² A análise do caso demonstra sérios indícios de que as famílias de Brejo dos Crioulos, estão sendo tratadas de forma discriminatória por parte da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais que não responde as demandas postas pelos quilombolas de Brejo dos Crioulos, bem como dos quilombolas em geral, da mesma forma como responde as demandas dos fazendeiros. A postura dos agentes da Polícia Militar não cumpre com o papel de proteção dos direitos de todas as pessoas se caracterizando em uma polícia discriminatória e abusiva com os menos favorecidos. Este fato traz à luz a incapacidade da Polícia do Estado de Minas Gerais em investigar com integralidade e isenção a prática de crimes cometidos contra os quilombolas.

Violação do Direito Humano à Alimentação Adequada

Considerando a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN - (nº 11.346/2006), a qual em seu Art. 2º dispõe que a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

§ 1º A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais.

§ 2º É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.

2 Art 7º - Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Segundo a DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS - DUDH, ONU, 1948²:

² In: http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/Onu/Sist_glob_trat/texto/texto_1.html



Considerando que Brasil é Estado parte do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais recepcionado pela Constituição de 1988, no artigo 6º e 5º, § 2º e, desta forma, está obrigado a proteger, respeitar e garantir estes direitos à sua população. Isto inclui a garantia e proteção do direito à alimentação adequada com dignidade, conforme prevê o artigo 11 do Pacto. O acesso físico e econômico aos recursos produtivos, inclusive o acesso à água e à terra, assegurado juridicamente, é condição essencial para a realização do direito a se alimentar, como assevera, no Comentário Geral 12, o Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU.

O DHAA coloca duas dimensões indivisíveis: a primeira é o direito de estar livre da fome e da má nutrição e a segunda é o direito a uma alimentação adequada. No que se refere à garantia de estar livre da fome, o acesso físico e econômico (alimentos em espécie ou renda para aquisição de alimentos) tem que ser garantido imediatamente pelos Estados. Ou seja, cada Estado fica obrigado a assegurar a todos os indivíduos que se encontram sob sua jurisdição, o acesso à quantidade mínima, essencial de alimentos. Já, para a realização do DHAA propriamente dito é necessário que os Estados adotem medidas de proteção social visando combater diretamente a fome através da introdução de programas e políticas que garantam os meios (terra, reforma agrária, território, renda, água) conforme aspectos mencionados no Comentário Geral 12;

Considerando o Art. 3º da LEI 15.982/2006 “o direito humano fundamental à alimentação adequada, objetivo primordial da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, é direito absoluto, intransmissível, indisponível, irrenunciável, imprescritível e de natureza extrapatrimonial”.

“Parágrafo único. É dever do poder público, em todos os níveis, da família e da sociedade em geral respeitar, proteger, promover e garantir a realização do direito humano à alimentação adequada”.

Assim, o Direito Humano à Alimentação Adequada vai além da garantia de acesso à alimentação, deve considerar a idade, situação de saúde, questões sociais, culturais e econômicas, não podendo comprometer, de forma alguma, a realização de outras necessidades básicas como moradia, saúde e lazer. Deve considerar, inclusive, a sustentabilidade ambiental no sentido de preservação de recursos para gerações futuras, não poluindo o meio ambiente ou prejudicando a fertilidade do solo com o monocultivo, sendo necessária à garantia de acesso ao território para produção de alimentos ou meios para a obtenção;

Contudo, Brejo dos Crioulos não apresenta nenhum indício para efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada, pois todas as comunidades que compõem o quilombo vivem confinadas em pequeníssimas áreas, isoladas umas das outras, as quais não garantem de forma adequada nem produção de subsistência como milho, feijão, mandioca. Em decorrência dessa situação, muitos migram para o corte da cana e colheita do café em São Paulo, uma vez que no quilombo a condição de sobrevivência é bastante precária.

Da mesma forma o acesso a programas alimentares, como distribuição de cestas básicas por parte do Governo Federal também é precário, as cestas básicas são insuficientes, inadequadas à cultura alimentar e ainda não são entregues mensalmente. O Programa Bolsa Família não atende a todos na comunidade, apesar do alto grau de carência e fome existentes, fato que demonstra a incapacidade do Governo em atender as demandas emergenciais e realizar a primeira dimensão do Direito Humano a Alimentação Adequada, estar livre da fome e da má nutrição.

Considerando também a indivisibilidade dos Direitos Humanos e que nas comunidades do Brejo dos Crioulos não existe posto de saúde (embora as prefeituras recebam recursos adicionais por haver comunidades quilombolas em seus municípios), não há nenhuma equipe do PSF (Programa Saúde da Família) que atenda adequadamente. Ademais, conforme informações repassadas, a FUNASA também não realiza um trabalho satisfatório, pois não existe nenhum indicador da situação nutricional. O direito a educação está comprometido, pois o acesso à escola é extremamente complicado, já que muitas crianças precisam caminhar cerca de 10 quilômetros por dia para chegarem à escola, uma vez que falta transporte escolar. Nas escolas, o acesso à merenda escolar não é permanente sendo isto um fator inadmissível, pois a verba para compra da merenda escolar para escolas quilombolas é o dobro das escolas não quilombolas. Não há uma educação diferenciada para as comunidades quilombolas, pois os professores não tem conhecimento da cultura quilombola o que impossibilita o resgate e a preservação daquela cultura. A rotatividade de professores não contribui para continuidade do aprendizado.

Assim, constata-se que o Estado Brasileiro não está cumprindo as obrigações de respeitar, proteger e garantir o Direito Humano à Alimentação adequada dos quilombolas de Brejo dos Crioulos.

Violação do Direito Humano ao Acesso à Água

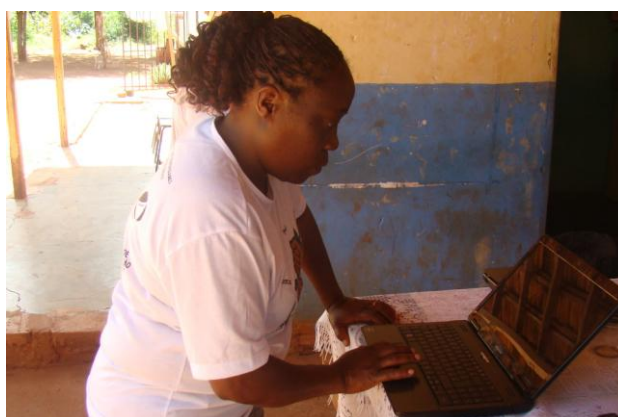
Assim, como todas as pessoas têm direito a uma alimentação adequada, todos têm direito ao acesso irrestrito à Água, inclusive independentemente de



pagamento de taxas ou qualquer outra condicionalidade, pois um ser humano morre mais rapidamente por falta d'água do que por falta de alimentação.

Em âmbito nacional a Constituição, no seu artigo 43 inciso 3º, determina que a União deve incentivar a recuperação de terras áridas e cooperar para o estabelecimento de fontes de água. A lei 9433/97 no artigo 1º, que regulamenta o inciso XIX, Artigo 21 da Constituição diz que “a água é um bem de domínio publico e um recurso natural limitado, dotado de valor econômico, restando legalmente reconhecida a prioridade do uso social da água sobre o direito de propriedade privada.”

O CENSO EM 9 COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE MINAS GERAIS





Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



INTRODUÇÃO A PESQUISA

1. OBJETIVOS DA PESQUISA

O projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária parte de um esforço que articula o governo federal através da Secretaria Nacional de Economia Solidária do MTE; a academia através da Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos – COPPETEC da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do SOLTEC – Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

Segundo o documento propositivo, o projeto tem como objetivo geral:

“contribuir para o etnodesenvolvimento através do fomento à Economia Solidária e o fortalecimento da organização dos quilombolas nos territórios étnicos econômicos solidários junto com os agentes de desenvolvimento local, por meio de processos de formação dialógicos, da pesquisa-ação e formação de redes e cadeias produtivas e de serviços”.

Entre as diversas metas e atividades previstas para o projeto visando à consecução de seus objetivos, a pesquisa quantitativa, cujos resultados este relatório descreve para o conjunto das 9 comunidades pesquisadas em MINAS GERAIS, insere-se na meta 4 “pesquisa ação”, estando referida em várias de suas atividades.

2. O CENSO

Foi realizado um censo em 5 territórios quilombolas nos estados de Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Maranhão e Pará; cobrindo 41 comunidades.

Faz parte deste relatório o censo realizado em 9 comunidades de MINAS GERAIS que fizeram a pesquisa censitária, a saber: Araruba, Ribeirão do Arapuim, Oriom, Caxambu I e II, Furado Seco, Tanquinho, Serra D’água e Furado Modesto. Nos municípios de: São Francisco, São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia.

3. O LEVANTAMENTO DE DADOS

Para a pesquisa foi especialmente construído um questionário, levando-se em conta estudos e experiências em levantamentos semelhantes e as necessidades específicas



do projeto. Este instrumento foi aperfeiçoado a partir de reuniões com os participantes do projeto e com técnicos do SOLTEC e membros da CONAQ.

Um pequeno número de questionários foi aplicado em moradores de quilombos que trabalhariam na equipe de coordenação do trabalho de campo, como pré-teste, possibilitando acertos finais no instrumento de coleta.

O questionário que foi a campo estava dividido em blocos temáticos que constituem os eixos orientadores deste relatório e de seus conteúdos como pode ser visto mais abaixo.

Entre os meses de novembro de 2010 e fim de maio de 2011, incluindo as prorrogações, os entrevistadores selecionados (que eram os agentes de desenvolvimento do projeto), foram formados e devidamente credenciados pelos responsáveis estaduais e realizaram o trabalho de campo.

A pessoa selecionada preferencialmente para responder ao questionário era mulher moradora do domicílio com idade acima de 18 anos. Na impossibilidade de satisfazer esta condição, a entrevista poderia ser feita com uma pessoa do sexo masculino com conhecimento da dinâmica da família em pauta.

4. PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Todos os dados dos questionários aplicados encontram-se digitados e foram processados em Statistical Package for Social Science (SPSS), possibilitando a obtenção rápida de listagens de frequências, cruzamentos entre diferentes variáveis.

A partir das conclusões contidas neste relatório (que, de forma alguma pretende esgotar as possibilidades de análise dos dados), novos planos de análise sobre alguns aspectos específicos ou que envolvam comparações com outras pesquisas também podem ser desenvolvidos com relativa facilidade. Estas nove comunidades pesquisadas em Minas, portanto, se constituem no universo deste relatório que possui um total de **463 questionários/domicílios e um total de 1.330 moradores/população.**

Quadro 1

Distribuição do número de domicílios e do número de moradores pesquisados

Estado	Número de Domicílios pesquisados	Número de Moradores nos domicílios pesquisados
MINAS GERAIS	463	1.330

No censo de Minas tivemos ainda 59 domicílios fechados (DF), 5 domicílios vagos (DV) e 13 recusas (R), perfazendo um total de 77 domicílios que por conta destas características não forneceram dados a serem computados.

5. CONTEÚDO DESTE RELATÓRIO

O presente **Relatório Final**, ao mesmo tempo em que constitui um todo, está organizado por eixos temáticos, de acordo com o questionário elaborado, que direcionam a estrutura deste relatório nas seguintes partes:

- 1ª. Parte: Folha de composição dos moradores do domicílio
- 2ª Parte: Questões relativas à comunidade
- 3ª Parte: Questões relativas à moradia
- 4ª Parte: Questões relativas a trabalho e renda
- 5ª Parte: Questões relativas a hábitos de vida
- 6ª Parte: Questões relativas à identidade, discriminação e conflitos
- 7ª Parte: Espaço livre para uma fala final

1ª PARTE:

Folha de composição dos moradores do domicílio

Em relação à principal fonte de renda, vemos que 446 pessoas responderam a esta pergunta, das quais 33,9% declararam que a principal fonte vem de programas governamentais. Já em relação à faixa de renda pessoal, 475 pessoas descreveram sua realidade, e vemos que 71% declararam que estão vivendo com menos de um (1) salário Mínimo.

Além disso, podemos perceber que em relação à existência de algum tipo de rendimento, 633 pessoas declararam sua situação, das quais 185, ou seja, 29,2% estão vivendo sem nenhum tipo de rendimento monetário. Além disso, podemos ver que 577 pessoas declararam em que tipo de atividades trabalham e a agricultura, como imaginado, ocupa o primeiro lugar com 95,3% das respostas. Tivemos 977 declarações sobre trabalho das quais 60,7% dizem não estar trabalhando no período da pesquisa.

Em relação à escolaridade, tivemos 829 declarações e podemos ver que 36,3 estão frequentando a escola, aparentemente um valor bastante razoável de acesso à educação fruto das políticas governamentais nesse campo. Porém, em relação ao grau de estudo, das 829 declarações podemos verificar que 61,2% declararam ter somente o fundamental incompleto.

Em relação à cor/raça, tivemos a declaração de 1.341 pessoas, das quais 75,8% se declararam pretas, mas 258 pessoas, isto é, 19,2% declararam que são pardas. Quanto ao estado conjugal, tivemos 1.294 declarações e, coerente com a idade média vigente nas comunidades, 57,5% de solteiros. Em relação ao sexo, das 1.330 declarações, 52,0% são homens.



PERFIL DOS MORADORES		UF	
		MINAS GERAIS	
		N	%
Qual a principal fonte do rendimento	Trabalho	91	20,4
	Bico	98	22,0
	Aposenadoria	104	23,3
	Programa Governamental	151	33,9
	Outras fontes	2	,4
Faixa de Renda Pessoal	menos de 1 SM	339	71,4
	1 SM	115	24,2
	mais de 1 SM	21	4,4
Teve algum rendimento	Sim	448	70,8
	Não	185	29,2
Em que atividade trabalha	Agricultura	550	95,3
	Pecuaria	4	,7
	Artesanato	0	,0
	Pesca	0	,0
	Extrativismo	0	,0
	Construção Civil	2	,3
	Outros	21	3,6
Trabalha	Sim	593	60,7
	Não	384	39,3
Qual a última série ou grau concluído com aprovação	Fundamental Incompleto	507	61,2
	Fundamental Completo	91	11,0
	Medio Incompleto	112	13,5
	Medio Completo	104	12,5
	Superior Incompleto	6	,7
	Superior Completo	9	1,1
Frequenta escola	Sim	457	36,3
	Não	567	45,0
	Nunca frequentou a escola	235	18,7
Estado conjugal	Solteiro(a)	744	57,5
	Casado(a)	354	27,4
	Vive junto	139	10,7
	Viúvo(a)	34	2,6
	Separado(a)	23	1,8

Cor/raça	Branca	66	4,9
	Preta	1017	75,8
	Parda	258	19,2
	Amarela	0	,0
	Indígena	0	,0
Faixa Etária	Crianças	409	30,0
	Adolescentes	197	14,5
	Adulto jovem	230	16,9
	Adulto	424	31,1
	Idoso	103	7,6
Sexo	Homem	692	52,0
	Mulher	638	48,0

Ao contrário do que ocorre com a população brasileira como um todo, há uma ligeira predominância masculina entre os quilombolas (52% de homens *versus* 48% de mulheres). A primazia quantitativa de homens se mantém em todas as faixas etárias, mais ou menos nas mesmas proporções encontradas para o conjunto, dado que questiona a ideia de evasão seletiva de pessoas das comunidades na idade adulta.

2ª PARTE:

Questões relativas à comunidade

TITULAÇÃO DA TERRA

Na tabela 2 abaixo, podemos perceber que tivemos 361 respostas. Deste total, 15,8% ainda não têm conhecimento do estágio do processo de titulação. Das que responderam afirmativamente, 98,7% declararam que está em fase de titulação e apenas 1,3% declarou que se encontra titulada.

TITULAÇÃO		UF	
		MINAS GERAIS	
		N	%
Você tem conhecimento do estágio do processo de titulação em que sua comunidade se encontra?	Sim	304	84,2
	Não	57	15,8
Em qual dos seguintes estágios do processo de titulação a sua comunidade se encontra?	Reconhecimento	0	,0
	Identificação	0	,0
	Delimitação	0	,0
	Demarcação	0	,0
	Em Titulação	299	98,7

	Titulado	4	1,3
--	----------	---	-----

ATIVIDADES ECONÔMICAS

Quanto às principais atividades econômicas de subsistência nas comunidades, os plantios da mandioca, da banana, do milho, do feijão, da cana de açúcar se sobressaem assim como a criação de galinhas e porcos. Outro plantio interessante, com **259 pessoas envolvidas**, é o da **pimenta**.

ATIVIDADE ECONOMICA DE SUBSISTÊNCIA		UF MINAS GERAIS	Total Geral
Mandioca	Count	346	1343
	%	1,0	
Feijão	Count	351	1037
	%	1,0	
Arroz	Count	173	693
	%	,5	
Banana	Count	330	1417
	%	,9	
Milho	Count	360	1392
	%	1,0	
Cana-de-açúcar	Count	329	994
	%	,9	
Café	Count	19	205
	%	,1	
Pimenta	Count	259	666
	%	,7	
Criação de galinhas	Count	353	1515
	%	1,0	
Criação de bovinos	Count	113	609
	%	,3	
Criação de cabras	Count	79	180
	%	,2	
Criação de porcos	Count	334	800
	%	,9	
	Count	363	1622

Já quanto às atividades econômicas de comercialização, a principal atividade é a criação de bovino, seguida pelo plantio e comercialização do feijão, depois do café, seguida pela criação

de cabras e porcos e depois o plantio da mandioca e do milho. Há 96 pessoas fazendo artesanato para comercialização.

ATIVIDADE ECONOMICA COMERCIAL		UF MINAS GERAIS	Total
Mandioca	Count	0	76
	%	,0	
Feijão	Count	1	127
	%	,1	
Arroz	Count	2	22
	%	,3	
Banana	Count	0	38
	%	,0	
Milho	Count	1	71
	%	,1	
Cana-de-açúcar	Count	1	24
	%	,1	
Café	Count	1	110
	%	,1	
Pimenta	Count	0	79
	%	,0	
Artesanato	Count	96	500
	%	1,0	
Criação de galinhas	Count	1	42
	%	,1	
Criação de bovinos	Count	1	325
	%	,1	
Criação de cabras	Count	2	90
	%	,3	
Criação de porcos	Count	2	86
	%	,3	
	Count	7	526

CONDIÇÕES DE VIDA

A grande maioria declarou que, quanto às condições de vida, **a falta de oportunidades de trabalho e geração de renda é o ponto mais grave**, seguido da falta de acesso à transporte, lazer e saúde.

CONDIÇÃO DE VIDA QUANTO A:			Boa		Regular		Ruim	
			Count	Row N %	Count	Row N %	Count	Row N %
UF	MINAS GERAIS	Segurança	26	,1	104	,3	232	,6
		Educação	77	,2	48	,1	236	,7
		Saúde	7	,0	13	,0	340	,9
		Habitação	46	,1	59	,2	256	,7
		Lazer	6	,0	7	,0	345	1,0
		Alimentação	22	,1	90	,3	248	,7
		Oportunidades Trabalho e renda	3	,0	4	,0	356	1,0
		Transporte	2	,0	11	,0	347	1,0

PRINCIPAIS PROBLEMAS DA COMUNIDADE

362 pessoas responderam a uma lista com possíveis problemas da comunidade. As respostas abaixo estão em ordem decrescente e agrupadas por proximidade de intensidade do problema: Falta de Posto de Saúde, Desemprego, A Terra Não Estar Titulada, Nenhuma Universidade Perto e em quinto lugar empatadas A Falta de Apoio Técnico Agrícola e A Falta de Segurança. Chama a atenção o fato da falta de titulação da terra aparecer como problema somente para 7,4% dos entrevistados, demonstrando talvez que como a luta pela titulação já dura mais de duas décadas, os problemas do dia a dia que desgastam cotidianamente (saúde e desemprego e/ou falta de geração de trabalho e renda) tenham se sobressaído.

PRINCIPAIS PROBLEMAS	UF	
	MINAS GERAIS	
	N	%
Falta de posto de saúde	223	61,4
Falta de Saneamento	2	,6
Falta de calçamento das ruas	1	,3
Segurança	1	,3
Iluminação pública	0	,0
Desemprego	85	23,4
Falta de união entre as comunidades quilombolas	1	,3
Pobreza/ miséria	1	,3
Falta de água	3	,8
Drogas	0	,0
Violência contra a mulher	0	,0
Violência contra crianças	0	,0
Exploração sexual infantil e de adolescentes	0	,0
Transporte precário	9	2,5
Alcoolismo	0	,0
Lixo	1	,3
Problemas com o meio ambiente	0	,0
Falta de lazer na comunidade	2	,6
Falta de apoio técnico agrícola	0	,0
A terra não estar titulada	27	7,4
Nenhuma universidade perto	1	,3
Nenhuma escola de segundo grau perto	3	,8
Nenhuma escola de ensino fundamental perto	2	,6
O acesso ao quilombo	1	,3
Desrespeito com os mais velhos	0	,0
Falta de união entre os moradores	0	,0
Outro	0	,0

EMPENHO DA COMUNIDADE EM RESOLVER OS PROBLEMAS

Somente 282 pessoas responderam a essa pergunta e, dessas, a maioria acha que os moradores se empenham na busca de soluções para melhorar a vida na comunidade.

EMPENHO		Em sua opinião, os moradores da sua comunidade se empenham na busca de soluções para melhorar a vida na comunidade?			
		Sim		Não	
		N	%	N	%
UF	MINAS GERAIS	255	24,0	27	6,5

PARTICIPAÇÃO NAS FESTAS E ATIVIDADES DA COMUNIDADE

Na totalidade das comunidades pesquisadas, da lista apresentada pelo questionário, 316 pessoas (88,3%) declararam participar das festas tradicionais, 256 pessoas (72,3%) grupo religioso, 107 (30,1%) disseram que participam do time de futebol e 313 (87,7%) do plantio de roça. Declararam participar de grupo de mulheres 32 pessoas, 9,2% dos entrevistados.

FESTAS E ATIVIDADES NA COMUNIDADE	UF					
	MINAS GERAIS					
	Sim		Não		Não tem na comunidade	
	N	%	N	%	N	%
Festas religiosas	316	88,3	37	10,3	5	1,4
Jogos	136	38,1	216	60,5	5	1,4
Pescaria	16	4,5	199	55,7	142	39,8
Construção de casas (mutirões)	5	1,4	72	20,3	277	78,2
Grupo de teatro	0	,0	22	6,2	331	93,8
Bazares	0	,0	10	2,8	343	97,2
Coral	1	,3	6	1,7	346	98,0
Grupo de Tamboreiros	4	1,1	5	1,4	346	97,5

Grupo de Jongo	0	,0	7	2,0	347	98,0
Grupo de Funk	0	,0	7	2,0	347	98,0
Grupo de Samba	0	,0	7	2,0	347	98,0
Grupo de Hip hop	1	,3	8	2,3	345	97,5
Grupo de Capoeira	6	1,7	18	5,2	322	93,1
Time de futebol	107	30,1	191	53,8	57	16,1
Associação de produção (agrícola, artesanato)	12	3,4	89	25,5	248	71,1
Cooperativa	11	3,1	99	28,1	242	68,8
Conselho Comunitário ou outro conselho	101	29,2	28	8,1	217	62,7
Grupo religioso	256	72,3	68	19,2	30	8,5
Grupo de mulheres	32	9,2	176	50,6	140	40,2
Plantio de roça	313	87,7	34	9,5	10	2,8
Cultivo de pomar	12	3,4	100	28,7	236	67,8

LAZER NA COMUNIDADE

72,3% declararam que não há alternativas de lazer na comunidade e 27,15% disseram que faltam áreas de lazer, portanto 99,45% falaram da falta de lazer.

DIFICULDADE QUANTO AO LAZER NA COMUNIDADE		UF	
		MINAS GERAIS	
		N	%
Em sua opinião, qual a PRINCIPAL dificuldade enfrentada pelas pessoas da sua comunidade quando querem desenvolver alguma atividade física ou de lazer?	Falta de áreas de lazer adequadas	99	27,1
	Falta de alternativas de lazer na comunidade	264	72,3
	Falta de tempo	2	,5
	Outra	0	,0

Quanto ao lazer listado no questionário, em ordem decrescente tivemos que:

99,4% desejam aulas de informática; 99,4% gostariam que a comunidade tivesse uma biblioteca; 98,6% lan house/internet; 98,6% aulas de música; 98,6% gostariam que a comunidade aulas de esportes em geral; 98,6% desejam que haja aulas de áudio visual;



98,0% aulas de dança e 97,8% aulas de capoeira.

LAZER OFERECIDO NO QUESTIONARIO	UF			
	MINAS GERAIS			
	Sim		Não	
	N	%	N	%
Biblioteca	359	99,4	2	,6
Lan house/Internet	355	98,6	5	1,4
Aulas de música	353	98,6	5	1,4
Aulas de dança	350	98,0	7	2,0
Aulas de capoeira	348	97,8	8	2,2
Aulas de informática	361	99,4	2	,6
Aulas de esportes em geral	351	98,6	5	1,4
Aulas de áudio visuais	349	98,6	5	1,4
Outra	4	100,0	0	,0

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO COM A VIDA NA COMUNIDADE

Nos dados que falam da satisfação com a vida comunitária, 226 pessoas (62,6%) afirmam estar satisfeitas com a vida na comunidade contra 113 (31,3%) disseram que estão muito insatisfeitas. Avaliamos que a satisfação se dê por conta dos laços comunitários e não pelas condições de vida objetivas.

SATISFAÇÃO NA VIDA NA COMUNIDADE QUANTO A:		UF	
		MINAS GERAIS	
		N	%
Como você se sente em relação à vida que leva em sua comunidade?	Muito satisfeito	19	5,3
	Satisfeito	226	62,6
	Insatisfeito	113	31,3
	Muito insatisfeito	3	,8

SOBRE A ASSOCIAÇÃO DE MORAORES E A CONAQ

226 pessoas que responderam a esta pergunta ainda não conhecem a CONAQ nas comunidades pesquisadas em Minas, no entanto, 333 afirmam ser importante os



quilombolas terem uma representação nacional. Das 108 pessoas que conhecem a CONAQ, 87 avaliam que sua atuação é boa e 21 que é regular.

Quanto à Associação de Moradores, 257 disseram que ela é boa, 63 pessoas declararam que avaliam que é regular e 342 pessoas declararam que participam da associação o que é um número excelente de participação enquanto 364 afirmaram a existência da associação. Portanto, podemos afirmar que as associações destes territórios têm uma grande representatividade junto aos seus moradores.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E CONAQ		UF
		MINAS GERAIS
		N
Você conhece a CONAQ?	Sim	108
	Não	226
Como você avalia a atuação da CONAQ na sua comunidade?	Boa	87
	Regular	21
	Ruim	0
Em sua opinião, os quilombolas precisam se organizar numa entidade nacional para lutar pelos seus direitos?	Sim	333
	Não	14
	Indiferente	0
Como você avalia a atuação da Associação de Quilombolas da sua comunidade?	Boa	257
	Regular	63
	Ruim	10
Você participa da associação de quilombolas?	Sim	342
	Não	20
Na sua comunidade existe associação de quilombolas?	Sim	364
	Não	0

3ª PARTE:

Questões relativas à moradia SITUAÇÃO DOMICILIAR

A quase totalidade das casas, 93,6%, tem iluminação. Nenhum domicílio tem ligação à rede pública de esgoto e águas pluviais.

A existência de banheiro dentro de casa é um relevante indicador de qualidade da habitação e o que encontramos aqui foi que 57,5% (207 casas) não têm banheiro enquanto em outros 23,6% (85 casas) o banheiro é fora de casa.



96,7% dos domicílios queimam o seu lixo. Para 49,6% (179 casas) a água vem da rede pública, enquanto 46,0% se abastecem de água de cacimba, poço ou barreiro (166 casas).

Quanto ao material das casas, 70,2% das casas são de alvenaria (tijolo) e 27,9% são de pau a pique.

A maioria das casas tem entre 3 e 5 cômodos e de 3 a 5 pessoas morando. Agora, 93,4 % das casas são próprias.

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO		UF	
		MINAS GERAIS	
		N	%
Na sua casa tem energia elétrica?	Sim	337	93,6
	Não	23	6,4
O esgoto desse banheiro está ligado a:	Rede de esgoto ou pluvial	0	,0
	Fossa séptica (buraco cimentado)	50	32,7
	Fossa rudimentar (buraco de terra)	103	67,3
	Vala	0	,0
	Rio, lago ou mar	0	,0
	Outro	0	,0
Nessa casa tem banheiro?	Sim, dentro de casa	68	18,9
	Sim, fora de casa	85	23,6
	Não	207	57,5
O que é feito mais freqüentemente com o lixo dessa casa?	É coletado regularmente	1	,3
	É queimado	352	96,7
	É enterrado	2	,5
	É jogado em terreno baldio	9	2,5
	É jogado em vala ou rio	0	,0
	Outro	0	,0
De onde vem a água utilizada para beber?	Rede pública	179	49,6

	Cacimba, poço e barreiro	166	46,0
	Rio, riacho, lagoa e açude	14	3,9
	Olho d'água e nascente	0	,0
	Água de chuva (cisterna)	2	,6
	Outro	0	,0
De que material essa casa foi construída?	Alvenaria (tijolo)	252	70,2
	Madeira	6	1,7
	Madeira e barro (adobe/ pau-a-pique /taipa/ estuque)	100	27,9
	Outro material	1	,3
Cômodos que servem de dormitório	1 dormitório	28	7,8
	2 dormitórios	130	36,4
	3 dormitórios	93	26,1
	4 dormitórios	87	24,4
	5 dormitórios ou mais	19	5,3
Número de cômodos	até 2 cômodos	22	6,2
	3 a 4 cômodos	139	38,9
	5 e 6 cômodos	142	39,8
	7 cômodos ou mais	54	15,1
Número de pessoas no domicílio	1 pessoa	33	9,5
	2 pessoas	58	16,7
	3 pessoas	63	18,2
	4 pessoas	56	16,1
	5 pessoas ou mais	137	39,5
Qual é a condição de ocupação dessa casa?	Própria	339	93,4
	Alugada	2	,6
	Cedida	8	2,2
	Outra condição	14	3,9

RENDIA

322 pessoas (91,0%) têm uma faixa de renda **inferior a um salário mínimo**. A faixa de renda domiciliar, ou seja, do conjunto dos seus moradores, em 223 casas (63,0%) é inferior a um salário mínimo.

RENDIA/DOMICILIO/PESSOAS		UF	
		MINAS GERAIS	
		N	%
Faixa de Renda Domiciliar Per Capta (por pessoa)	menos de 1 SM	322	91,0
	1 SM	28	7,9
	mais de 1 SM	4	1,1
Número de pessoas no domicílio que contribui na renda	1 pessoa	119	34,7
	2 pessoas	170	49,6
	3 pessoas ou mais	54	15,7
Faixa de Renda Domiciliar (ou seja, do conjunto dos moradores da casa)	menos de 1 SM	223	63,0
	1 SM	43	12,1
	mais de 1 SM	88	24,9

MORADORES INSCRITOS EM PROGRAMAS DO GOVERNO

200 pessoas (55,4%) recebem Bolsa Família; 12 (3,5%) recebem Cesta Básica e 76 pessoas (21,4%) recebem BPC (benefício/prestação continuada de idoso ou pessoa com deficiência). Agora, chama atenção o fato de nenhum morador estar inscrito no Cadastro Único.

PROGRAMAS SOCIAIS	UF			
	MINAS GERAIS			
	Sim		Não	
	Count	Row N %	Count	Row N %
PETI (Programa de erradicação do trabalho infantil)	2	,6	350	99,4
Bolsa Família	200	55,4	161	44,6

Cesta Básica	12	3,5	334	96,5
BPC (Benefício Prestação Continuada – idoso/pessoa com deficiência)	76	21,4	279	78,6
Agente Jovem	0	,0	353	100,0
Cadastro Único para programas sociais	0	,0	352	100,0

BENS

Chama à atenção a falta de filtros de água em 59,0% das casas.

Há uma total ausência de computadores e acesso à internet: 99,7% e 97,2% respectivamente que quando somados estes dados ao fato de que 97,5% não têm telefone fixo e 86,6% não possuem celular, podemos dizer que é uma população praticamente sem comunicação para fora, o que certamente deixa os quilombolas destes territórios com grande déficit de comunicação e acesso à informação.

A posse de bens em ordem decrescente:

Televisão 69,1%; rádio 66,8%; fogão a gás 65,3%; geladeira 61,6%; máquina de lavar ou tanquinho 57,2%; filtro de água 41,0%; DVD 28,8%; telefone celular 13,4%; acesso a internet 2,8%; telefone fixo 2,5%; vídeo cassete 1,7% e **computador 0,3%**.

BENS	UF			
	MINAS GERAIS			
	Sim		Não	
	N	%	N	%
Rádio	241	66,8	120	33,2
Televisão	250	69,1	112	30,9
Vídeo cassete	6	1,7	348	98,3
DVD	104	28,8	257	71,2
Telefone fixo	9	2,5	349	97,5
Telefone celular	48	13,4	311	86,6
Computador	1	,3	356	99,7
Acesso a Internet	10	2,8	345	97,2
Geladeira ou Freezer	223	61,6	139	38,4
Máquina de lavar ou tanquinho elétrico	206	57,2	154	42,8
Filtro de água	148	41,0	213	59,0
Fogão a gás	235	65,3	125	34,7

Agricultura, artesanato, cozinha, construção de pau a pique, costura, carpintaria, cabeleireiro, pedreiro, eletricitista e manicure.

OPINIÃO SOBRE A VIABILIDADE DO TURISMO NA COMUNIDADE

Muitas pessoas não foram perguntadas a respeito do turismo porque a pergunta acabou ficando um pouco escondida no questionário e os(as) entrevistadores(as) acabaram não vendo e pularam a pergunta. Porém, das 227 pessoas que responderam, a maioria (137 entrevistados) considera que o turismo não pode ser uma atividade econômica viável. No entanto, há que se pesquisar mais profundamente sobre isso porque muitas vezes quem mora numa localidade rural não percebe esse potencial turístico que só vai aparecer para quem é da cidade grande e justamente almeja passar uns dias na área rural com a família.

TURISMO		Em sua opinião o turismo se constitui em uma atividade econômica possível na sua comunidade?			
		Sim		Não	
		N	%	N	%
UF	MINAS GERAIS	90	13,1	137	23,2

QUANTO AOS EMPREENDIMENTOS QUE OS MORADORES POSSUEM

Cinco pessoas (1,4%) têm empreendimento próprio. E, dessas que possuem empreendimento, 4 gostariam de ampliar o seu negócio. Já 287 (79,9%) declararam que gostariam de abrir um empreendimento e dessas 42,1% avaliam que precisariam mais de R\$10.000,00 para abrir ou expandir o empreendimento.

EMPREENDIMENTO			Sim		Não	
			Count	%	Count	%
UF	MINAS GERAIS	Você tem empreendimento próprio?	5	1,4	359	98,6

EMPREENHIMENTO		UF	
		MINAS GERAIS	
		Count	Column N %
Se tivesse possibilidade, gostaria de abrir/expandir seu próprio empreendimento?	Sim: abrir	287	79,9
	Sim: expandir	4	1,1
	Não	68	18,9

EMPREENHIMENTO		UF	
		MINAS GERAIS	
		Count	Column N %
Recurso avaliado como necessário para abrir ou expandir	até 5.000	25	32,9
	5001 a 9.999	4	5,3
	10.000	15	19,7
	mais de 10.000	32	42,1

5ª Parte:

Questões relativas a Hábitos de Vida e Crenças DOENÇA

Perguntadas sobre o que fazem quando adoecem, 357 pessoas (97,8%) responderam que vão ao Posto de Saúde, mas 299 (82,6%) entrevistados disseram que tomam remédios caseiros (chás, ervas, poções) e 132, (36,9%) declararam que procuram rezadeira o que chama a atenção para um patrimônio coletivo importante do saber sobre as propriedades das ervas e das benzedadeiras/rezadeiras.

DOENÇA	UF			
	MINAS GERAIS			
	Sim		Não	
	N	%	N	%
Vai ao Posto de Saúde?	357	97,8	8	2,2
Altera a alimentação	39	11,0	315	89,0
Toma remédio farmacêutico por conta própria ou se automedica	108	30,0	252	70,0
Toma remédios caseiros (chás, ervas, poções)	299	82,6	63	17,4
Procura rezadeira/ benzedeira/ curandeiro(a)	132	36,9	226	63,1
Outro	9	56,3	7	43,8

317 entrevistados (91,4%) se declararam católicos enquanto, e, contrariando qualquer expectativa nossa, 0%, ou seja, ninguém se declarou da Umbanda ou do Candomblé.

RELIGIÃO	UF			
	Minas Gerais			
	Sim		Não	
	Count	%	Count	%
Católica	317	91,4	30	8,6
Evangélica	53	20,2	210	79,8
Cardecista/ espírita	1	,4	246	99,6
Umbanda	0	,0	247	100,0
Candomblé	0	,0	247	100,0
Outro	0	,0	29	100,0

CONSUMO DOS MORADORES

Quanto aos produtos mais consumidos nas comunidades o censo nos mostra que o feijão vem em primeiro lugar com 97,0%, seguido pelo arroz com 95,9%. Em terceiro lugar vem o detergente com 95,6% e em quarto café com 92,9%. Em quinto lugar temos os ovos com 81,9% seguido da farinha de mandioca com 49,7% e do fubá com 36,8%. As frutas ocupam o oitavo lugar com 36,5%. Será necessário debater quais produtos estão sendo comprados fora para abastecer a comunidade e que teriam viabilidade econômica de serem produzidos dentro das comunidades.

A intenção da pesquisa ao listar tantos produtos e aferir o consumo dentro da comunidade e a compra fora da comunidade dos produtos e de sua frequência foi de justamente poder ter dados para verificar esta possibilidade de montagem de novos empreendimentos de economia solidária dentro das comunidades quilombolas, esta foi a finalidade desta parte da pesquisa. Interessante chamar a atenção para o fato de 327 pessoas (91,9%) declararem que não compram ração animal; 253 (71,1%) não compram fertilizantes e 262 (73,6%) não compram pesticidas/herbicidas.

CONSUMO		UF	
		MINAS GERAIS	
		Count	Column N %
COMUNIDADE TODOS OS DIAS	Pão Francês/de sal/cacete	2	,5
	Outro tipo de pão	2	,5
	Cará ou Aipim	2	,5
	Biscoito maisena ou outro	7	1,9
	logurte	2	,5
	Leite	11	3,0
	Queijos	9	2,5
	Manteiga	21	5,8
	Banha	60	16,5
	Ovos	298	81,9
	Feijão	353	97,0
	Arroz	349	95,9
	Batata Doce	88	24,2
	Fubá	134	36,8
	Farinha de mandioca	181	49,7
	Chocolates ou balas	8	2,2
	Café	338	92,9
	Frutas	133	36,5
	Legumes	24	6,6
	Verduras	18	4,9
	Peixe	3	,8
	Frango	30	8,2
	Carne de porco	27	7,4
	Carne de vaca	29	8,0
	Sucos de frutas	64	17,6
	Geléias/Doces caseiros	6	1,6
	Ração animal comprada	2	,5
	Fertilizantes	1	,3
	Pesticida/Herbicida	6	1,6
	Detergente	348	95,6
COMUNIDADE 1 VEZ POR SEMANA	Pão Francês/de sal/cacete	284	78,7
	Outro tipo de pão	157	43,5
	Cará ou Aipim	173	47,9
	Biscoito maisena ou outro	254	70,4
	logurte	234	64,8

	Leite	281	77,8
	Queijos	245	67,9
	Manteiga	238	65,9
	Banha	186	51,5
	Ovos	53	14,7
	Feijão	4	1,1
	Arroz	3	,8
	Batata Doce	217	60,1
	Fubá	181	50,1
	Farinha de mandioca	157	43,5
	Chocolates ou balas	177	49,0
	Café	13	3,6
	Frutas	197	54,6
	Legumes	258	71,5
	Verduras	261	72,3
	Peixe	261	72,3
	Frango	283	78,4
	Carne de porco	273	75,6
	Carne de vaca	246	68,1
	Sucos de frutas	239	66,2
	Geléias/Doces caseiros	259	71,7
	Ração animal comprada	15	4,2
	Fertilizantes	3	,8
	Pesticida/Herbicida	3	,8
	Detergente	3	,8
NAO CONSOME	Pão Francês/de sal/cacete	55	15,4
	Outro tipo de pão	164	46,1
	Cará ou Aipim	166	46,6
	Biscoito maisena ou outro	51	14,3
	logurte	57	16,0
	Leite	27	7,6
	Queijos	48	13,5
	Manteiga	49	13,8
	Banha	85	23,9
	Ovos	2	,6
	Feijão	0	,0
	Arroz	5	1,4
	Batata Doce	45	12,6

Fubá	25	7,0
Farinha de mandioca	4	1,1
Chocolates ou balas	94	26,4
Café	4	1,1
Frutas	12	3,4
Legumes	21	5,9
Verduras	17	4,8
Peixe	24	6,7
Frango	10	2,8
Carne de porco	11	3,1
Carne de vaca	13	3,7
Sucos de frutas	37	10,4
Geléias/Doces caseiros	78	21,9
Ração animal comprada	327	91,9
Fertilizantes	253	71,1
Pesticida/Herbicida	262	73,6
Detergente	7	2,0

CONSUMO		UF	
		MINAS GERAIS	
		Count	%
FORA TODOS OS DIAS	Pão Francês/de sal/cacete	3	9,1
	Outro tipo de pão	3	9,1
	Cará ou Aipim	3	9,1
	Biscoito maisena ou outro	1	3,0
	Iogurte	2	6,1
	Leite	2	6,1
	Queijos	1	3,0
	Manteiga	1	3,0
	Banha	1	3,0
	Ovos	5	15,2
	Feijão	5	15,2
	Arroz	4	12,1
	Batata Doce	2	6,1
	Fubá	4	12,1
	Farinha de mandioca	4	12,1

	Chocolates ou balas	1	3,0
	Café	1	3,0
	Frutas	4	12,1
	Legumes	13	39,4
	Verduras	15	45,5
	Peixe	1	3,0
	Frango	1	3,0
	Carne de porco	1	3,0
	Carne de vaca	0	,0
	Sucos de frutas	2	6,1
	Geléias/Doces caseiros	1	3,0
	Ração animal comprada	1	3,0
	Fertilizantes	1	3,0
	Pesticida/Herbicida	1	3,0
	Detergente	0	,0
FORA 1 VEZ POR SEMANA	Pão Francês/de sal/cacete	20	14,6
	Outro tipo de pão	38	27,7
	Cará ou Aipim	17	12,4
	Biscoito maisena ou outro	50	36,5
	Iogurte	68	49,6
	Leite	43	31,4
	Queijos	60	43,8
	Manteiga	53	38,7
	Banha	26	19,0
	Ovos	5	3,6
	Feijão	2	1,5
	Arroz	3	2,2
	Batata Doce	9	6,6
	Fubá	13	9,5
	Farinha de mandioca	12	8,8
	Chocolates ou balas	79	57,7
	Café	4	2,9
	Frutas	10	7,3
	Legumes	44	32,1
	Verduras	49	35,8

Peixe	71	51,8
Frango	36	26,3
Carne de porco	49	35,8
Carne de vaca	69	50,4
Sucos de frutas	15	10,9
Geléias/Doces caseiros	17	12,4
Ração animal comprada	13	9,5
Fertilizantes	98	71,5
Pesticida/Herbicida	86	62,8
Detergente	2	1,5

6ª PARTE:

Questões relativas à Identidade, Discriminação e Conflitos AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO - Você já se sentiu ameaçado(a):	UF			
	MINAS GERAIS			
	Sim		Não	
	Count	Row N %	Count	Row N %
Pelos latifundiários	337	94,9	18	5,1
Pelos empresários do agro negócio	0	,0	345	100,0
Pelos especuladores imobiliários	0	,0	345	100,0
Pelos grandes empresários multinacionais	0	,0	345	100,0
Pelas forças armadas	0	,0	344	100,0
Pelos representantes da justiça	2	,6	324	99,4

94,9% (337 entrevistados) avaliam que se sentem ameaçados pelos latifundiários e 0,6% (2 entrevistados) pelos representantes da Justiça.

AVALIAÇÃO		UF	
		MINAS GERAIS	
		Count	Column N %
Como você avalia a relação da sua comunidade com os proprietários de terras vizinhas às da comunidade?	Boa	18	5,1
	Regular	65	18,4
	Ruim	271	76,6



Em sua opinião, os moradores da sua comunidade são bem recebidos em outras comunidades (não quilombolas) vizinhas?	Sim	269	76,2
	Não	84	23,8
Em sua opinião, os moradores da sua comunidade são bem recebidos em outras comunidades quilombolas?	Sim	359	100,0
	Não	0	,0
Como você avalia o seu grau de respeito/tolerância com pessoas que praticam uma religião diferente da sua?	Total	233	64,2
	Grande	126	34,7
	Indiferente	2	,6
	Pequeno	2	,6
	Nenhum	0	,0
Você já se sentiu mal tratado ou humilhado por ser quilombola?	Sim	61	17,4
	Não	290	82,6
Você se considera um quilombola?	Sim	353	98,1
	Não	7	1,9

17,4% já se sentiram humilhados ou mal tratados.

98,1% (353 entrevistados) se declararam quilombolas, sendo este último dado fruto do autoreconhecimento que vem sendo trabalhado pelo movimento quilombola que luta pelos direitos quilombolas inscritos na Constituição Federal do Brasil.

CONCLUSÃO

Como pudemos ver pelos dados do censo os principais problemas hoje que emperram o etnodesenvolvimento neste território são: a falta da titulação dos territórios quilombolas, que acarreta, entre outros problemas, a falta de terra para o plantio (para viver da agricultura, as famílias da comunidade deveriam ter acesso garantido pelo menos a 50 hectares de terra por família). Um fator terrível é a “violência imposta por grandes proprietários de terras da Região Norte de Minas que ocupam indevidamente o território quilombola, com o apoio da Polícia Militar, conforme denúncias apresentadas nas várias audiências públicas realizadas pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG”. É fato que a polícia tornou-se um braço armado do latifúndio assim como a Polícia Florestal “(...) As lideranças expõem que a Polícia Florestal do Estado avisa aos fazendeiros quando virá. E caso os fazendeiros sejam multados, eles recorrem e a multa é anulada. E por muitas vezes usam a comunidade para justificar crimes ambientais”. (Relatório da Missão).



Quanto ao acesso à água na região. “Há uma bomba de água para o acampamento, que é fraca demais, não sendo suficiente. Por isso, cada família recebe uma média de 15 litros de água por dia no acampamento.” (idem). Segundo laudo de 2005 da FUNASA o acesso à água está distante do mínimo recomendado.

A falta frequente na entrega das cestas básicas tras um grande problema, pois hoje o que conseguem plantar e colher não são suficientes para se alimentarem já que a área de plantio esta pequena. “(...) em 2008 receberam as cestas básicas do Governo Federal por apenas duas vezes, uma no início do ano e outra no dia 17 de setembro, no dia da visita preparatória para missão” (Ibdem).

Quanto à saúde - a falta de atendimento às comunidades é uma das principais reivindicações das comunidades de Brejo e a FUNASA não atua devidamente na região. Segundo informações, só na “comunidade de Caxambu há um índice de 48% das pessoas acima de 40 anos com doença de Chagas”. (*Relatório de Missão Quilombola no Brejo dos Crioulos*).

Quanto à geração de trabalho e renda - Esta é uma das principais reivindicações dos quilombolas de Brejo onde para conseguirem o sustento das famílias frequentemente “os homens saem de casa, deixando suas esposas e filhos, e vão trabalhar na colheita de café no sul de Minas Gerais. Lá são submetidos às más condições de trabalho e recebem uma mixaria pelo tempo trabalhado”.

Segundo a Relatoria do Direito Humano ao Trabalho, criada em 2002, juntamente com o surgimento do projeto Plataforma Dhesca Brasil:

“A leitura é a de que o desemprego e o trabalho em condições injustas e desfavoráveis violam a dignidade humana, tornando necessária a adoção de medidas que garantam o direito a um trabalho que assegure remuneração adequada e que permita manter e desenvolver plenamente sua capacidade física e mental”.

Quanto à educação - A falta de oportunidade de acesso à escola, principalmente ao ensino médio é uma demanda recorrente nas comunidades de Brejo, pois quem quiser continuar os estudos, na maior parte dos casos, tem que sair da comunidade, pois não há escola perto.

Outra reclamação em relação à educação é a da ambiguidade das políticas educacionais com relação à defesa explícita da laicidade do Estado e do insuficiente investimento na implantação da lei 10.639/2003 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e tornou obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira em toda a educação básica.

Segundo a Revista Relatorias de Dhesca 2010 – 2011:



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



“A história da educação brasileira é marcada profundamente pelo racismo, entendido de forma ampla, pela negação do outro, pelo não reconhecimento da condição humana àqueles e àquelas considerados diferentes, em decorrência de determinadas características físicas. Tal visão está na base da justificativa para que a elite branca do começo do século XIX, pós independência do Brasil em 1822, não investisse em uma política universal de educação pública como parte de um projeto de nação, pois a gigantesca maioria da população do recém-criado país era constituída por negras e negros escravizados, sujeitos de vários movimentos de resistência.

Temia-se que a educação desse mais poder a essa população negra, ainda mais ao considerar que na época todas as elites locais da América Latina tinham em mente a revolução haitiana, quando o povo negro escravizado expulsou a elite branca do país e fundou em 1804 o primeiro país latino-americano governado por negros, que sofreu todos os boicotes do mundo. Apesar das diferenças, além do Haiti, é necessário considerar a tentativa paraguaia de construir um projeto de nação diferenciado e o que ocorreu com o país posteriormente.

Diferentemente de outros países do Cone Sul, como Argentina e Uruguai, que já apresentavam na primeira metade do século XIX uma política universal de educação com cobertura próxima aos 80% da população, no Brasil esse número não chegava nem aos 20%.

Alguns críticos apontam que isso ocorreu, sobretudo na Argentina, em decorrência das políticas de eliminação física da população negra e indígena. Talvez possa se afirmar que a emergência de políticas de educação pública universal para uma população menos diversificada do ponto de vista étnico e racial foi possível porque o diferente não era tão diferente assim.

No final do século XIX, no Brasil, a abolição da escravatura e a república vieram, e o investimento em uma política de educação universal também não vingou. Somente a partir da década de 1930, após o forte investimento na imigração europeia como forma de branquear a população brasileira, que a proposta de uma política de educação pública avança, no conflito entre grupos progressistas e conservadores, expressos na Constituição de 1934. E aí vieram os golpes políticos e nova tentativa de construir um projeto republicano

de política de educação ancorada na Constituição de 1961, que também foi sabotada pelo golpe militar de 1964.

A construção de uma política educacional nacional é assumida pelo governo militar brasileiro durante a ditadura como parte de seu projeto desenvolvimentista, mas baseado em um modelo de expansão com baixo investimento por aluno e forte arrocho salarial dos profissionais de educação que veem seu poder de compra e de voz despencar, assim como os outros sujeitos políticos da época submetidos à profunda repressão que assolou o país.

O processo de democratização e a Constituição de 1988 trouxeram novas esperanças, conquistas na legislação, avanços em muitas políticas locais e estaduais, que foram em grande parte sabotadas pela onda das reformas neoliberais dos anos de 1990 na América Latina que pregavam o enxugamento do Estado, questionavam a importância de políticas universais e defendiam a diminuição dos gastos públicos já insuficientes diante da gigantesca e histórica dívida social brasileira. O acesso à educação cresce, chegou-se quase à universalização com a então etapa obrigatória do ensino fundamental na década de 1990.

De modo geral, podemos dizer que da negação do outro como ser humano, como detentor de direitos, que caracterizou o século XIX e grande parte do século XX, passamos por políticas que na prática reconhecem ao conjunto da população o direito ao acesso à educação, mas garantido ainda com base em uma educação de baixa qualidade, uma educação para uma sociedade hierarquizada, fortemente desigual, uma educação pública para “inferiores”, uma educação pobre para pobres, uma educação para uma inserção precária no mundo da aprendizagem”.

Quanto à Titulação do Território – Já vimos no relatório lançado no dia 22 de abril de 2013 pela Comissão Pastoral da Terra – CPT sobre os “Conflitos no Campo Brasil 2012” que os conflitos por terra nos últimos cinco anos vêm apresentando uma tendência de crescimento.

Este relatório é feito todos os anos e mapeia os conflitos por terra, despejos, briga por reintegração de posse, violações de direitos sofridas por povos e comunidades tradicionais em diferentes áreas do país. (<http://www.cptnacional.org.br>)

“De acordo com o relatório, houve um crescimento de 24% nos assassinatos em relação a 2011 (de 29 para 36), de 51% nas tentativas de



assassinato (de 38 para 77) e de 11,2% no número de trabalhadores presos (de 89 para 99). O documento também registrou a ocorrência geral de mais de 1.364 casos de disputa por terra, conflito trabalhista, água e outros conflitos. A maioria absoluta destes casos - 1067 - está relacionada com conflitos por terra.

(...) "O capital avança implacavelmente sobre novas fronteiras naturais e sobre os territórios indígenas, quilombolas e de outras comunidades tradicionais, buscando transformar tudo – terra, florestas, águas, o ar e até a vida humana - em mercadorias, subordinadas às leis do mercado. Desta forma destruição e conservação do meio ambiente se convertem em 'oportunidades de negócios'", analisa o professor Elder Andrade de Paula.

No documento, o professor Rodrigo Salles afirma que a mineração tem se sobressaído de outras atividades, tendo privilégios que "vem transformando a indústria extrativa mineral no Brasil em uma devoradora de terras".
<http://www.brasildefato.com.br/node/12738>

As ações dos movimentos sociais e as lutas de resistência das comunidades tradicionais têm sido criminalizadas porque como já dissemos, realizam uma luta contra hegemônica e ao explicitarem a disputa pela terra e denunciarem a violação de direitos conseguem pelo menos questionar esse modelo e tentar limitar os espaços da expansão das monoculturas.

Essa tem sido uma luta que se repete ao longo da nossa história com alteração somente na sua intensidade, mas sempre com um grau elevado de violência por parte do Estado e de seus aparelhos de coerção, tentativa sempre de cooptação das lideranças, manipulação judiciária em favor do capital e uso da tática do isolamento político onde o movimento fica sem voz, aliás, a grande mídia sempre se coloca a favor do capital em uma aliança estratégica.

Mais recentemente o capital tem se sofisticado no uso não só da grande mídia respaldando as suas ações violentas e a bancada ruralista tem aparecido cada vez mais defendendo as suas posições através de ações parlamentares mais proativas em aliança com outros setores dentro do Congresso. Setores do Estado e o BNDES têm dado também maior respaldo ao alargamento de suas fronteiras. No último exemplo, ainda há uma atuação no Judiciário, decorrente de uma ADIn (Ação Direta de Inconstitucionalidade), proposta em 2004 pelo antigo partido da Frente Liberal (PFL), atualmente denominado Democratas (DEM). Esta ADIn questiona o conteúdo do Decreto nº. 4887/2003, que regula a atuação da administração pública na efetivação do direito territorial étnico das comunidades de remanescentes de quilombo no Brasil.



No Brasil sempre mudamos para permanecer iguais em muitos aspectos e um destes é o da concentração de riqueza, terras e empresas nas mãos de poucos. No Brasil parece que o conceito marxista de “acumulação primitiva” tem um caráter de estratégia permanente e não apenas “originária” do capitalismo.

Aqui vão usurpando os direitos adquiridos, aumentando a exploração do trabalho, degradando o meio ambiente tudo ao arrepio das leis, porém, teoricamente de forma contraditória, com o apoio dos governos e de grande parte do Judiciário.

A palavra de ordem é: crescer e consumir. A pergunta: crescer como? E, sobretudo, em benefício de quem e do quê? A se continuar a privilegiar o agronegócio, exportar commodities, isentar as grandes empresas nacionais e estrangeiras de tributos, degradar o meio ambiente, usar o dinheiro do BNDES com juros e prazos especiais, facilitar a remessa dos lucros para o estrangeiro entre outras benesses, essa política não levará o Brasil a um desenvolvimento sustentável, democrático e participativo com plena cidadania dos(as) brasileiros e brasileiras e as violações de direitos só se aprofundarão e se estenderão pelo país. Os conflitos ambientais têm aumentado e os processos históricos de discriminação social e despossessão econômica se ampliam. E, com o auxílio militante da grande mídia, esta ocorrendo uma criminalização dos povos tradicionais e crescendo a visão que trata, por exemplo, os quilombolas como um impedimento ao crescimento e ao desenvolvimento do país, ou seja, a luta dos quilombolas representa para esta visão o atraso.

Portanto, no nosso entender, o maior problema que ficou comprovado pelo censo é o da violação dos direitos constitucionais e dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais repetidamente infringidos pelos governos federal, estadual e municipal e pelo Judiciário e as instituições como o INCRA de Minas Gerais. E junto com esta repetida, recorrente, recursiva, circular enxurrada de violações a falta de indignação da sociedade brasileira, a sua pasmaceira e falta de ação ou, quem sabe, até a ausência do sentimento de indignação, só trazem a sensação de que vai demorar mais séculos para que o Brasil seja de fato um Estado de Direito Democrático e Justo onde todos os(as) cidadãos(ãs) tenham seus direitos universais garantidos.

Apesar de já terem se passado cinco anos da Missão ter realizado o seu Relatório de Violações em Brejo dos Crioulos vamos repetir na íntegra as suas recomendações e somente juntar a recomendação para que o movimento quilombola de Brejo acesse a Corte Interamericana dos Direitos Humanos e a Corte Internacional de Direitos Humanos para fazer a denúncia das violações que continuam existindo em Brejo dos Crioulos. E, ainda, que seja realizado um acompanhamento presencial pela Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais na Superintendência do INCRA no Estado de Minas Gerais quando e se o dinheiro voltar para lá para a desintrusão dos fazendeiros e que só se saia quando o decreto da presidente Dilma for cumprido conforme determina a lei. Há limite para tudo!



Brejo dos Crioulos realizou seu Plano de Etnodesenvolvimento do Quilombo de Brejo dos Crioulos elaborado no âmbito do Plano de Desenvolvimento dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, cuja execução ficou sob a responsabilidade do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA NM. Foi um lindo processo que ocorreu em cada comunidade e depois houve a devolutiva dos resultados em assembleia com representantes de todas as comunidades para deliberarem sobre o plano. Estamos anexando aqui o plano na sua íntegra e recomendamos a todos os interessados (Ministérios, Secretarias, autarquias, movimentos sociais, universidades etc.) que quando forem pensar pesquisas ou políticas para os quilombolas do Norte de Minas Gerais não tentem inventar a roda, usem este Plano Territorial de Brejo dos Crioulos para embasar as suas pesquisas, políticas, editais e o que mais forem fazer.

Só para dar um exemplo do trabalho realizado nesse processo de ATER vamos transcrever um trecho sobre a água que os quilombolas de Brejo dos Crioulos estão consumindo:

“(...) Devido as concentrações de Mn, Cr, Pb, Cd e Fe, acima dos valores máximos permitidos, é necessário o monitoramento da presença desses elementos nas águas de Brejo dos Crioulos e aprofundar pesquisas sobre sua causa, que pode estar associada ao material geológico de origem (Grupo Bambuí). E diagnosticar os possíveis efeitos na saúde da população nativa, pois a água dessas fontes são muito utilizadas para o consumo humano e dessedentamento dos animais, apesar de os quilombolas reconhecerem os riscos que a ingestão das águas dos rios e lagoas podem trazer para a saúde das famílias. Vale ressaltar que, a água dessas fontes não recebe nenhum tipo de tratamento, além de não ser canalizada para as moradias.

Coliformes totais e *Escherichia coli*

A mesma pesquisa de Laudiceio Matos (2008) apontou também que a qualidade biológica das águas de Brejo dos Crioulos foi comprometida pela presença de coliformes totais e *Escherichia coli* nas lagoas e no rio Arapuim, evidenciada a partir de valores muito acima dos permitidos pela Portaria 518/2004 do Ministério de Saúde. Entre os poços artesanais houve variabilidade quanto à possibilidade do consumo humano, de modo que os poços de Caxambu I e do Orion (próximo à residência do Sr. Dário) apresentaram os maiores valores de detecção da presença desses agentes biológicos (TABELA 2). A única fonte que não apresentou restrição quanto à presença de coliformes totais e *E. coli* foi o poço artesiano da comunidade de

Furado Seco, portanto, do ponto de vista biológico, sua água é considerada própria para o consumo humano (BRASIL, 2005).

Nos poços artesianos dos núcleos de moradia de Furado Modesto, Orion (próxima à residência da Sra. Júlia) e Araruba, foi constatada a presença de coliformes totais desacompanhados de *E. coli*, fato que não torna a água dessas fontes imprópria para o consumo humano (TABELA 2). Estes agentes são considerados os mais específicos indicadores de contaminação fecal recente e de eventual presença de organismos patogênicos, conforme a Portaria 518/2004 do Ministério da Saúde, que em seu capítulo IV pondera:

§9.º Em amostras individuais procedentes de poços, fontes, nascentes e outras formas de abastecimento sem distribuição canalizada, tolera-se a presença de coliformes totais, na ausência de *Escherichia coli* e/ou coliformes termotolerantes, nesta situação devendo ser investigada a origem da ocorrência, tomadas as providências imediatas de caráter corretivo e preventivo e realizada nova análise de coliformes (BRASIL, 2005).

Estes dados indicam a necessidade do monitoramento da qualidade das águas e o desenvolvimento e implementação de ações que garantam o saneamento básico da comunidade de Brejo dos Crioulos, fato que se agrava com a ausência generalizada de fossas sépticas e de serviços de tratamento de água. Vale ressaltar que os dados ora apresentados não podem ser considerados conclusivos, visto que as análises foram realizadas em amostras únicas, sendo necessário a realização de outras análises em épocas diferentes para avaliar o desenvolvimento desses organismos e os possíveis efeitos sobre a saúde dos quilombolas de Brejo dos Crioulos, tendo em vista que *“toda água fornecida coletivamente deve ser submetida a processo de desinfecção, concebido e operado de forma a garantir o atendimento ao padrão microbiológico (Capítulo VI, art. 22 da Portaria 518/2004 do MS - Brasil, 2005).*

As Recomendações do Relatório de Missão Quilombola no Brejo dos Crioulos - FIAN Brasil e Relatoria Nacional para o Direito Humano à Alimentação Adequada e Terra Rural Estado de Minas Gerais

Considerando as constatações feitas, a FIAN Brasil e Relatoria Nacional ao Direito Humano à Alimentação Adequada e Terra Rural fazem recomendações aos Órgãos Públicos responsáveis as quais devem ser adotadas, por parte destes, medidas de caráter emergencial para a reparação das violações.

Caso, no período de seis meses não se obtenha avanços na realização das recomendações no período de seis meses serão adotadas medidas em âmbito internacional bem como medidas que responsabilizem o Estado pelo não cumprimento dos seus deveres.

Ao Ministério de Desenvolvimento Agrário recomenda-se:

- que disponibilize dotação orçamentária ao INCRA em Minas Gerais, compatível com as responsabilidades de realizar o reconhecimento e titulação definitiva das comunidades quilombolas do Brejo dos Crioulos e dos mais de 400 territórios quilombolas do Estado bem como a reforma agrária num dos estados de maior conflito agrário do país.
- garantir o sistema de saberes, técnicas e práticas da comunidade, através da recuperação da biodiversidade, do solo, da água e das condições sociais da região.

Ao INCRA

- Anulação e ou revisão da Instrução Normativa nº 49 tendo em vista que a mesma contraria o Decreto 4887/2003 e procrastina o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, titulação e registro dos territórios quilombolas. Da mesma forma, que seja garantida a efetivação dos Direitos Humanos como rege a Convenção 169 da OIT.

À Superintendência Regional do INCRA em Minas Gerais recomenda-se:

- Repasse com o máximo de urgência todas as informações sobre a tramitação e situação atual do processo e informe sobre os procedimentos e metas adotadas para acelerar o processo de titulação do território de Brejo dos Crioulos.
- que priorize o processo de homologação e titulação do território do Brejo dos Crioulos e de outras comunidades quilombolas do Estado de Minas Gerais.

Ao Ministério do Desenvolvimento Social recomenda-se

- que disponibilize, com o máximo de urgência, e com periodicidade mensal cestas básicas às famílias do Brejo dos Crioulos. As cestas básicas devem ser mensais e entregues com regularidade e adequadas aos hábitos culturais das comunidades quilombolas até a regulamentação no acesso ao território.



- Verificar, com urgência, o acesso das famílias Brejo dos Crioulos ao Programa Bolsa Família bem como todos os outros programas sociais.

Ao Ministério da Saúde recomenda-se

- que determine à FUNASA a implantação de saneamento básico nas comunidades quilombolas bem como do Programa de Saúde da Família que atendam de maneira efetiva a necessidade das famílias que vivem em Brejo dos Crioulos.
- que garanta recursos para que a FUNASA possa executar de forma adequada o trabalho nas comunidades quilombolas

À FUNASA se recomenda:

- o empenho em implantar saneamento ambiental básico nas comunidades do quilombo bem como constituir equipes de atendimento à saúde que contemplem o Brejo dos Crioulos.
- que seja feito com urgência um diagnóstico nutricional da Comunidade, bem como um diagnóstico sobre os portadores da Doença de Chagas.

Ao Governo do Estado de Minas Gerais é recomendado:

- abstenção da prática de ações violentas contra os moradores do Quilombo Brejo dos Crioulos por parte de seus agentes militares e civis, devendo atuar no sentido de punir os atos desses que violarem os direitos das pessoas que lá vivem, colocando a frente das ações, policiais que efetivamente estejam treinados e aptos para realizá-las;
- assim, o Governo do Estado deve assegurar a integridade física das famílias de Brejo dos Crioulos. Qualquer situação que coloque em risco a segurança destas o Estado será responsabilizado;
- que seja elaborado um plano pedagógico nas escolas do território, considerando as diferenças culturais, inclusive contemplando a contratação de professores quilombolas bem como a implantação de mais uma escola voltada ao ensino médio;
- sejam incorporadas e garantidas as especificidades das comunidades quilombolas na execução da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

Ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

- Que seja assegurada na nova composição do CONSEA/MG a representatividade das comunidades quilombolas, inclusive com alocação de recursos para garantir a participação dos mesmos nas plenárias.
- que o CONSEA faça esforços junto aos órgãos de governo para que estes incorporem e garantam as especificidades das comunidades quilombolas na execução da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

Aos municípios de Verdelândia, Varzelândia e São João da Ponte recomenda-se que:



- promovam a imediata regularização no atendimento à saúde das comunidades quilombolas de Brejo dos Crioulos, através das equipes do Programa Saúde da Família que contemple a participação dos quilombolas com seus saberes e práticas tradicionais e saúde alternativa. Bem como a construção de postos de saúde, fornecimento de medicamentos necessários, transporte em caso de urgência/emergência, justificando-se tal medida no fato de que recebem um aporte em dobro do repasse de recursos federais destinados à saúde por terem comunidades quilombolas em seus territórios. - que, em conjunto com a Coordenação Regional da FUNASA no Espírito Santo, promovam um sistema de saneamento básico.
- se faça a imediata regularização no fornecimento da alimentação escolar, considerando que a verba para compra da alimentação escolar de comunidades quilombolas é o dobro do valor destinado para os não quilombolas.
- haja, com urgência, a regularização no transporte escolar para as crianças do Brejo dos Crioulos e que sejam feitas melhorias nas estradas que ligam o quilombo aos municípios, para que se possa ter um sistema de transporte mais eficaz. - que seja elaborado um plano pedagógico nas escolas do território, considerando as diferenças culturais, inclusive contemplando a contratação de professores quilombolas.



As Recomendações para além das já apresentadas são:

80

Ao Ministério da Pesca e Aquicultura – Seria muito interessante se o Ministério construísse um programa específico para os quilombolas e que mandasse suas equipes regionais *in loco* para conversar e verificar as potencialidades no que diz respeito à pesca. A região de Brejo tem várias lagoas e talvez seja possível a implantação da prática da aquicultura o que enriqueceria em muito a alimentação dos quilombolas. É preciso uma visita presencial dos técnicos nesses quilombos e junto com a SENAES seria interessante a realização de um estudo de viabilidade de produção para comercialização. Sendo viável a aquicultura, os quilombolas precisarão aprender a criar os peixes, ter os equipamentos adequados, formação e em caso de geração de excedente a implantação da infraestrutura para a produção, transporte e comercialização da produção para o mercado mais próximo etc.

Ao Ministério da Justiça através da Secretaria de Direitos Humanos – Como demonstramos ao longo deste trabalho nas comunidades pesquisadas esta havendo violação de diversos direitos e o apoio do Ministério e, em especial, da Secretaria de Direitos Humanos é imprescindível para que esta situação seja superada.

Em última instância, o brasileiro Antônio Augusto Cançado Trindade, professor titular de direito internacional público da UnB desde 1978, que foi juiz do Tribunal Internacional de Justiça, hoje exerce o posto de juiz na Corte Internacional de Justiça, com mandato até 2018 e deveria ser acionado pelos quilombolas. Assim como este relatório com denúncia da violação dos direitos humanos deverá ser enviado para a Corte Internacional dos Direitos Humanos e para a Corte Interamericana dos Direitos Humanos também.

Às Universidades – Maior engajamento do ensino, pesquisa e da extensão de forma interdisciplinar nos problemas, programas e projetos voltados para as comunidades quilombolas de Brejo dos Crioulos.

Elaboração de projeto para construção de unidades de embalagem (packing house) nos territórios com assessoria técnica na implantação da Unidade, na organização da produção e na comercialização dos produtos oriundos do Quilombo.

- Elaboração de pesquisa sobre demanda dos produtos da agricultura familiar quilombola nos mercados institucionais (PAA, PNAE, etc.) e nos mercados locais e regional.

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR

que haja uma maior articulação com a SENAES. Atualmente 11 ministérios compõem o comitê gestor coordenado pela SEPPIR.

O Decreto nº 6261, de 20 de novembro de 2007 dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola



– PBQ. Integram o comitê gestor: 1. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR); 2. Casa Civil da Presidência da República (CC/PR); 3. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); 4. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; 5. Ministério da Cultura - MinC e Fundação Cultural Palmares – FCP; 6. Ministério das Cidades; 7. Ministério da Educação – MEC; 8. Ministério da Saúde - MS e Fundação Nacional de Saúde – FUNASA; 9. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; 10. Ministério da Integração Nacional – MIN; 11. Ministério de Minas e Energia – MME.

Esperamos que todos tenham acesso a este relatório e que o relatório possa contribuir para a implantação de ações concretas nos quilombos pesquisados.

Ao BNDES – que abra as portas para as associações quilombolas para financiamento de equipamentos a fundo perdido e para a construção de um centro de referência e de convívio (que sirva também para as festas e reuniões dos quilombolas) no território de Brejo dos Crioulos com espaço também para estocagem, beneficiamento e embalagem de alimentos e espaço para guardar os equipamentos de uso coletivo. A reivindicação por este centro apareceu em quase todas as comunidades que visitamos. Há um espaço coletivo para uso da Associação local, mas ainda é precário e não tem as características que descrevemos acima. É necessário um estudo de logística no território para se verificar a melhor localização para este centro.

A CEMIG – Que no seu programa de Eficiência Energética incorpore todas as comunidades de Brejo dos Crioulos e realize junto com o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA NM e a Federação dos Quilombos do Estado de Minas Gerais um projeto piloto de agroecologia nos moldes do que foi proposto dentro do Plano de Etnodesenvolvimento .

Ao Ministério do Trabalho e Emprego – Há a necessidade de formação para a agricultura, mas também para várias outras profissões e não há porta aberta para a formação desses profissionais, portanto recomendamos que o Ministério abra acesso à educação profissional no âmbito do Programa de Qualificação Profissional através do FAT com um viés específico para possibilitar a inclusão dos jovens destas comunidades.

Recomendamos também que seja criada uma “bolsa trabalho”, pois uma escolaridade inferior a 9 anos de estudo é insuficiente para garantir uma formação mínima para depois conseguir garantir a reprodução da vida de forma digna. Essa bolsa visaria o pagamento de um salário mínimo por trabalhos a serem realizados na prestação de serviços à comunidade em regime de meio período com a obrigatoriedade de retorno ao ensino fundamental e uma formação técnica profissionalizante posteriormente. As possíveis fontes de recursos para a implantação desta bolsa seria o próprio FAT, o Orçamento dos estados e o BNDES.



Observação: Com as mudanças ocorridas recentemente no capitalismo mundial (novas tecnologias, a globalização, reestruturação produtiva e a crise internacional) qualquer plano de qualificação profissional deve se basear no desenvolvimento de habilidades e conhecimentos que abram as possibilidades criativas, que ampliem a visão crítica sobre as conjunturas e o mundo e construa a habilidade de quebrar paradigmas e que, portanto, reforce a possibilidade de aprender a aprender a questionar e criar novas alternativas.

Implantar Programa de Formação de Monitores Etnoagroecológicos talvez em parceria com o MDA, MPA, SENAES e as Universidades

- Programa modular – 5 módulos – 24 horas / modulo – a ser realizado no Centro de Referencia Quilombola ao longo do ano agrícola – Professores: técnicos da rede ASPTA e professores nativos especialistas da comunidade
- Temário: História da agricultura – A formação social do território de Brejo dos Crioulos e dos quilombos em geral – Agricultura Quilombola – Direitos étnicos e territoriais de povos e comunidades tradicionais – Uso, manejo e conservação da agrobiodiversidade – Uso manejo e conservação dos solos – Manejo e controle agroecológico de pragas e doenças na agropecuária – Criação de animais e peixes – beneficiamento e comercialização da produção

A Secretaria Nacional de Economia Solidária/MTE – O principal problema dos quilombolas apontado pela pesquisa é o da geração de trabalho e renda. Insistimos que a economia solidária seria a maneira mais eficaz de produção para os empreendimentos quilombolas e a mais adequada a sua história e cultura, no entanto vamos repetir aqui o que já dissemos ao longo deste relatório: a Economia Solidaria necessita que haja o que Gabriel Kraychete chamou de **ambiência**, isto é,

“(...) ações convergentes e complementares de múltiplas instituições e iniciativas das organizações não governamentais, instituições de ensino e pesquisa, órgãos governamentais, sindicatos etc. comprometidas com um processo de transformação social. Não é uma questão técnica ou estritamente econômica, mas essencialmente política. Não são iniciativas pontuais, localizadas, compensatórias, dependentes de recursos residuais ou da benevolência empresarial tida como socialmente responsável que produzirão a sustentabilidade dos empreendimentos de ES, mas sim ações políticas **organizadas, amplas e concatenadas**³ nos territórios”. (KRAYCHETE, 2009)

³ Grifo nosso.



O Projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária faz parte do Programa Brasil Local da SENAES e por isso mesmo esperamos que um dos papéis fundamentais da SENAES seja que seus quadros exerçam o papel de articuladores das políticas públicas necessárias para o etnodesenvolvimento dos territórios quilombolas. Como organizar empreendimentos sustentáveis aonde não chega água, saneamento, estradas, onde a terra não está garantida e a violência dos fazendeiros, da especulação imobiliária e das empresas multinacionais se expressa em conflito aberto a qualquer hora? São territórios rurais que não possuem assistência técnica, aonde não existem meios de produção minimamente capazes de gerar uma produção com excedente significativo para o mercado da agroecologia e onde não há transporte para escoar essa produção caso venha a acontecer. Os quilombolas precisam de formação técnica para melhorar a sua produção seja agrícola seja artesanal. A formação em gestão é fundamental ... Enfim, são muitos os pontos e se não houver um órgão que cumpra o papel de articulador das ações necessárias para desembocar em cadeias produtivas organizadas e nas redes necessárias ao etnodesenvolvimento, talvez até se consiga com apoios pontuais melhorar um pouco as condições de vida atuais, mas não teremos empreendimentos sustentáveis e gerando uma renda que permita uma vida digna aos produtores quilombolas. **A Economia solidária depende de aportes econômicos e sociais que ainda não são reproduzíveis no seu interior, portanto sua viabilidade só ocorrerá mediante uma ação convergente e complementar de diferentes atores e iniciativas que operam no campo político, econômico, social, tecnológico, educacional, cultural e também organizativo, ideológico e psicológico. Consequentemente, envolve os governos, as ONGs, as universidades, as igrejas, as redes sociais na internet, os sindicatos, a OAB, a CNBB etc.**

Como disse Gabriel Kraychete em texto para o seminário *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia*, (Mimeo, nov. 1999)

“(...) mesmo de forma ainda incipiente, a percepção do mercado pelos movimentos sociais como uma realidade simultaneamente econômica e social, contesta a visão liberal do mercado como um regulador sem reguladores e aponta para a resistência e proposições, desde o interior da *economia de mercado*, contra a exclusão imposta pela ordem capitalista, e instigam uma *redescoberta cidadã do trabalho*, com as conseqüentes implicações políticas, econômicas e sociais. Deve estar claro que não se trata de idealizar valores e práticas existentes no âmbito popular, nem da criação de uma ilusória economia alternativa, ou de coisa feita para pobre, pequeninha, precária ou compensatória, mas de intervenções



No mundo, a partir das mudanças provocadas pela globalização acelerada, pelas novas tecnologias (robótica, internet etc.) e pela reestruturação produtiva e agora com a crise internacional, “a reprodução da vida de parcelas crescentes da população mundial passou a depender em maior escala de uma economia que se alimenta de inúmeras atividades realizadas de forma individual, familiar ou associativa”. (idem)

As comunidades quilombolas ainda possuem um elevado índice interno de cooperação, solidariedade, produção familiar e um elevado poder de organização e a formação de cooperativas e associações populares é uma das alternativas mais poderosas e mais adequadas à cultura quilombola para o etnodesenvolvimento. Porém, as comunidades quilombolas necessitam de incentivos e apoio de políticas públicas que as tornem detentores de mecanismos desenvolvidos de maneira endógena. Sem os recursos adequados esta tarefa de realização do etnodesenvolvimento se torna impossível.

Claro que um dos gargalos é o financeiro. Daí que é preciso sensibilizar o BNDES para apoiar as comunidades quilombolas e também, quando houver as condições internas necessárias, a implantação do BANCO COMUNITÁRIO⁴ e/ou da cooperativa regional de crédito com a finalidade principal de fornecer aportes para capital de giro quando precisarem, é um instrumento interessante. Não deverá haver nenhum

⁴ **Banco Comunitário** Bancos Comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo. Baseia-se no apoio às iniciativas da economia popular e solidária em seus diversos âmbitos, como: de pequenos empreendimentos produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização e o vasto campo das pequenas economias populares.

Principais Características

A própria comunidade decide criar o banco, tornando-se sua gestora e proprietária; Atua sempre com duas linhas de crédito: uma em reais e outra em moeda social circulante local; Suas linhas de crédito estimulam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território; Apoia os empreendimentos com estratégia de comercialização como: feiras, lojas solidárias, central de comercialização, etc.; Atua em territórios caracterizados pelo alto grau de exclusão e desigualdade social;

O Banco Comunitário é de propriedade da comunidade e é gerido por uma organização da sociedade civil (ex. Associação Quilombola ou a Federação Quilombola). Além da entidade gestora, é necessário que exista, ou que seja formado, um conselho local que faça a controladoria social do Banco. Esse conselho deverá ser constituído por representantes de diversas organizações/associações/ instituições da sociedade civil, formais ou informais. Gestores públicos também podem participar. No seminário de planejamento do Banco Comunitário são eleitas as entidades e instituições que devem compor o conselho local. Fundamental também é definir as atribuições do conselho, inclusive definir se ele é deliberativo ou consultivo. (Fonte: www.bancopalmas.org.br)



empréstimo sem que haja formação técnica gerencial e acompanhamento durante todo o período da operação de crédito. Os recursos deveriam vir do BNDES, de agências internacionais e do Banco do Brasil.

Outro gargalo é a falta de equipamentos e instalações coletivas para as cooperativas. Aqui o aporte financeiro é maior, portanto não seria através do Banco Comunitário ou da cooperativa regional. Para a superação deste gargalo deveria haver um financiamento específico para os territórios quilombolas a fundo perdido pelo BNDES que exigiria propostas dos empreendimentos solidários apresentando um plano de viabilidade econômica. O Banco deveria também fornecer quadros para auxiliar a construção dessas propostas.

Hoje os quilombolas de Brejo através do Censo e da construção do Plano de Etnodesenvolvimento conhecem bem a sua realidade e debateram sobre seus problemas, tiraram prioridades e fizeram proposições.

Todas as comunidades através das suas associações devem elaborar um projeto de estruturação de um Centro de Formação e um Programa de Formação para o território que contemple o desenvolvimento de: quintais, roças, hortas e pastagens agroecológicas; controle agroecológico de pragas e doenças – homeopatia agrícola e veterinária; identificação, armazenamento, produção e distribuição de sementes crioulas; criação de animais (aves, suínos e bovinos) beneficiamento e comercialização local e regional da produção agropecuária e extrativista conforme foi indicado já no Plano de Etnodesenvolvimento. A fase agora é a de realização do plano, elaboração de propostas de intensificação da produção e acesso aos mercados tendo em vista as demandas dos mercados locais e regional – priorizando grupos de mulheres e de jovens quilombolas.

Elaboração de design de embalagens e marca (selo) para produtos oriundos do território de Brejo dos Crioulos.

Para a Senaes em particular estamos anexando um pequeno esboço inicial de proposta de projeto para formação de redes que realizamos como exercício para várias comunidades quilombolas do norte de Minas Gerais.

Esperamos que com estas intervenções públicas haja o fortalecimento da cidadania para que a sociedade civil brasileira através de suas organizações venha um dia a impor os direitos sociais como princípios reguladores e mecanismos de aferição dos resultados da economia.



Bibliografia

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). A criminalização de negros do Norte de Minas: Pretos "bandidos" e "quilombolas" ladrões de terra e de gado. In: Caderno de Debates Nova Cartografia Social: Quilombolas: reivindicações e judicialização de conflitos. 3ª ed. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social / UEA Edições, 2012, v. 01.

COSTA, João Batista de Almeida. A invisibilidade do negro no processo de constituição da identidade norte mineira. 2013.

_____. Agreste e Brejo dos Crioulos: Situações desiguais no Território Negro da Jahyba. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro.. RBA - Antropologia e Diferença, 2008.

_____; CARNEIRO, G V. N. F. B.; LUZ, Aline. Ecossistemas Grande Sertão: Veredas - As transformações culturais e a destruição ambiental no norte de Minas. In: II Congresso em Desenvolvimento Social, 2010, Montes Claros. Desenvolvimento e Educação em uma perspectiva histórica. Montes Claros: Editora da Unimontes, 2010. v. 1.

_____. As Formações quilombolas em Minas Gerais. In: Maria Elizabete Gontijo dos Santos; Pablo Matos Camargo. (Org.). Comunidades Quilombolas de Minas Gerais no Século XXI. Belo Horizonte: Cedefes; Autêntica, 2008, v., p. 25-30.

_____. A (des)invisibilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais: A produção da identidade, do pertencimento e do modo de vida como estratégia para efetivação de direito coletivo. In: Dieter Gawora; Maria Helena de Souza Ide; Rômulo Soares Barbosa. (Org.). Povos e Comunidades Tracionais no Brasil. 1 ed. Montes Claros: Editora Unimontes, 2011, v. 1, p. 51-68.

_____; LESSA, Simone Narciso. Patrimônio Cultural e Identidade Regional entre as Minas e os Gerais. In: Carla Cristina Barbosa. (Org.). Sertão: Identidade e religiosidade. Montes Claros: Editora da Unimontes, 2010, v. 1, p. 22-45.

_____. Brejo dos Crioulos e a Sociedade Negra da jaíba: Novas categorias sociais e a visibilização do invisível na Sociedade Brasileira. Pós. Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Brasília, v. V, p. 99-122, 2001.

DAYRELL, C. A.; COSTA; ALMEIDA, João Batista de; COSTA FILHO; Aderval. Direitos Humanos e Povos Tradicionais no Brasil. In: Movimento Nacional de Direitos Humanos e outros. (Org.). Direitos Humanos no Brasil 3: Diagnóstico e Perspectivas. 1ª ed. Passo Fundo: IFIBE, 2012, v. 3, p. 417- 442.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo : Edições Loyola, 2004.



Relatório de Missão Quilombola no Brejo dos Crioulos - FIAN Brasil e Relatoria Nacional para o Direito Humano à Alimentação Adequada e Terra Rural Estado de Minas Gerais 25 e 26 de novembro de 2008 www.dhescbrasil.org.br

Relatoria do Direito Humano à Terra, ao Território e à Alimentação.
www.dhescabrazil.org.br

RODRIGUEZ, Maria Helena Projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais: uma experiência de exigibilidade dos DhESCA's. Rio de Janeiro: Plataforma DhESCA Brasil, 2007.

SANTOS, Elisabete Gontijo dos; CANARGO, Pablo Matos. Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI – história e resistência. Belo Horizonte : Autentica/CEDEFES, 2008.

VEIGA, Sandra Mayrink; TEIXEIRA Marina Sidrim. Introdução à pesquisa-ação: pesquisa qualitativa, pesquisa quantitativa. O questionário do censo quilombola e os instrumentos da pesquisa qualitativa. www.quilombosrurais.org.br



ANEXO I

PLANO DE ATER



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária





Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



PROJETO ELABORADO PELO SOLTEC/UFRJ e a UFF



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária





Secretaria Nacional
de Economia
Solidária

